

UNIVERSIDADE PAULISTA

WELINGTON DA SILVA PENAS

**CRIAÇÃO DE SENTIDO NO CAMPO DAS FINANÇAS E
MANOBRAS EMPRESARIAIS: USO DA CONTA DE
PROVISÕES PARA RISCOS**

SÃO PAULO

2024

WELINGTON DA SILVA PENAS

**CRIAÇÃO DE SENTIDO NO CAMPO DAS FINANÇAS E
MANOBRAS EMPRESARIAIS: USO DA CONTA DE
PROVISÕES PARA RISCOS**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade
Paulista - UNIP para obtenção do
título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Luiz
Ryngelblum

Área de concentração: Redes
Organizacionais Linha de Pesquisa:
Redes, Organizações e Sociedade

SÃO PAULO
2024

Penas, Wellington da Silva.

Criação de sentido no campo das finanças e manobras empresariais: uso da conta de provisões para riscos / Wellington da Silva Penas. - 2024.

75 f.: il. + CD-ROM.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Paulista, São Paulo, 2024.

Área de concentração: Redes Organizacionais.

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Luiz Ryngelblum.

1. Provisões para riscos. 2. Lógica institucional. 3. Gestão de riscos. I. T Ryngelblum, Arnaldo Luiz (orientador).
II. Título.

WELINGTON DA SILVA PENAS

**CRIAÇÃO DE SENTIDO NO CAMPO DAS FINANÇAS E
MANOBRAS EMPRESARIAIS: USO DA CONTA DE
PROVISÕES PARA RISCOS**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade
Paulista - UNIP para obtenção do
título de Mestre em Administração.

Aprovado em: ___/___/2024

BANCA EXAMINADORA

_____/_____/_____
Prof. Dr. Arnaldo Luiz Ryngelblum
Universidade Paulista – UNIP

_____/_____/_____
Prof. Dr. Roberto Bazanini
Universidade Paulista – UNIP

_____/_____/_____
Prof.^a Dra. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva
Universidade de Brasília

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me concedeu a sabedoria e o discernimento necessários para alcançar este estágio. A minha mãe, Milza da Silva Penas (*in memoriam*), que é um exemplo de mulher e me criou com todo o carinho e dedicação. Também direciono minha gratidão à minha esposa, Fabiana Ferreira Penas, e ao meu filho, Guilherme Vitchenzo Penas, pelo constante apoio e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é minha fonte de força e inspiração, por me guiar e iluminar meu caminho durante esta jornada acadêmica.

Um agradecimento especial à minha família, cujo amor incondicional e apoio inabalável foram fundamentais para meu crescimento e conquistas.

Minha profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Arnaldo Luiz Ryngelblum, pela orientação valiosa, incentivo constante e dedicação ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos estimados professores do programa, sou grato pelo compartilhamento generoso de conhecimento, pelos desafios intelectuais que propuseram e pela influência positiva em minha formação.

Aos amigos do curso, que se tornaram companheiros inseparáveis nesta trajetória, agradeço pela troca de ideias, pelo apoio mútuo e pelos momentos enriquecedores.

A todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, neste percurso, deixo meus sinceros agradecimentos pelo apoio e pelas contribuições que tornaram este trabalho possível.

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

RESUMO

O presente trabalho, intitulado "Criação de Sentido no Campo das Finanças e Manobras Empresariais: O uso da Conta de Provisões para Riscos", tem como objetivo investigar como as provisões para riscos são entendidas e utilizadas distintamente pelas empresas como ferramenta de gestão financeira. A análise faz uso da teoria das lógicas institucionais, que propõe que os atores de um campo podem buscar interpretar ou circundar as indicações da lógica prevalente no campo. A pesquisa foi conduzida por meio de um estudo de campo baseado em entrevistas com profissionais da área financeira. Este relatório de pesquisa está estruturado em quatro capítulos principais: Introdução, Marco Teórico, Metodologia e Resultados Esperados. Na introdução, são apresentados o tema, a relevância, o objetivo geral e específicos, e a pergunta norteadora da pesquisa, que questionou a inclusão de despesas nas provisões para riscos, com ênfase na construção de significado no âmbito financeiro, sob a ótica da lógica institucional. O marco teórico abrange uma análise aprofundada sobre as despesas que são comumente consideradas nas provisões para riscos, e como essas considerações ajudam a gestão de riscos e das finanças corporativas. Essa definição de que despesas podem integrar a conta de provisão explora a criação de sentido no campo das finanças, fazendo uso da teoria das lógicas institucionais, e a relação entre teoria e prática na administração. A metodologia consistiu em uma abordagem qualitativa, centrada em entrevistas semiestruturadas e análise documental. A pesquisa apresentou como resultados uma diversidade significativa nas lógicas institucionais que orientam as práticas de provisões para riscos entre as empresas entrevistadas. Dessa forma, conclui-se que o significado do que cabe na conta de provisão é amplamente influenciado pelas lógicas institucionais predominantes de cada setor pesquisado, o que evidencia que, embora existam normativas contábeis que direcionam a aplicação das provisões para riscos, essas lógicas interagem, moldam as práticas organizacionais. Em setores altamente regulamentados, a lógica regulatória tende a prevalecer, já em setores mais dinâmicos e competitivos, como o de tecnologia, a lógica de mercado e de inovação predomina.

Palavras-chave: Provisões para riscos; logica institucional; Gestão de riscos; Finanças corporativas e Criação de Sentido.

ABSTRACT

This paper, entitled "Creating Meaning in the Field of Finance and Corporate Maneuvers: The Use of the Risk Provisions Account", aims to investigate how risk provisions are understood and used differently by companies as a financial management tool. The analysis uses the theory of institutional logics, which proposes that actors in a field can seek to interpret or circumvent the indications of the prevailing logic in the field. The research was conducted through a field study based on interviews with professionals in the financial area. This research proposal is structured in four main chapters: Introduction, Theoretical Framework, Methodology and Expected Results. The introduction presents the theme, relevance, general and specific objectives, and the guiding question of the research, which questioned the inclusion of expenses in risk provisions, with an emphasis on the construction of meaning in the financial field, from the perspective of institutional logic. The theoretical framework includes an in-depth analysis of the expenses that are commonly considered in risk provisions, and how these considerations help risk management and corporate finance. This definition of what expenses can be included in the provision account explores the creation of meaning in the field of finance, using the theory of institutional logics, and the relationship between theory and practice in management. The methodology consisted of a qualitative approach, centered on semi-structured interviews and document analysis. The research presented as results a significant diversity in the institutional logics that guide the practices of provisions for risks among the companies interviewed. Thus, it is concluded that the meaning of what fits in the provision account is largely influenced by the predominant institutional logics of each sector studied, which shows that although there are accounting standards that direct the application of provisions for risks, these logics interact, shaping organizational practices. In highly regulated sectors, the regulatory logic tends to prevail, while in more dynamic and competitive sectors, such as technology, the logic of market and innovation predominates.

Keywords: Provisions for risks; institutional logic; Risk management; Corporate Finance and Sensemaking.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Características das Empresas Entrevistadas página 40

Tabela 2: Práticas de Provisões para Riscos por Setor página 46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFO – Chief Financial Officer (Diretor Financeiro)

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

ESG – Environmental, Social, and Governance (Ambiental, Social e Governança)

IASB – International Accounting Standards Board (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade)

IAS – International Accounting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade)

NBC TSP – Norma Brasileira de Contabilidade - Técnicas de Setor Público

PCLD – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivo Geral	17
1.2 Objetivos específicos:	18
1.3 Justificativa da pesquisa	18
2 MARCO TEÓRICO	19
2.1 Gestão de Riscos	20
2.1.1 Provisões para Riscos: entendimento pelas empresas.....	21
2.1.2 Provisões para Riscos: conceitos e práticas	22
2.1.3 Mensuração das Provisões	25
2.1.4 Reconhecimentos das Provisões	26
2.2 Lógicas Institucionais	28
2.2.1 Criação de Sentido no Campo das Finanças	30
2.2.2 Multiplicidade de Lógicas Institucionais	32
2.2.3 Logicas Institucionais e suas Implicações nas Práticas Organizacionais	35
3 METODOLOGIA	38
3.1 Objeto de Pesquisa	38
3.2 Estratégia de Pesquisa.....	38
3.3 Método de Pesquisa.....	39
3.4 Roteiro.....	41
3.5 Análise dos Resultados.....	41
4 RESULTADOS.....	43
4.1 Resultados	44

4.2	Análise dos Resultados	45
5	Discussão dos Resultados.....	56
5.1.1	Implicações dos Resultados.....	58
5.1.2	Limitações do Estudo	59
6	Conclusão.....	62
6.1.1	Recomendações para futuras pesquisas	65
7	REFERÊNCIAS	67
8	APÊNDICE.....	75

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica empresarial contemporânea, marcada pela volatilidade e pela crescente complexidade dos mercados, demanda das organizações uma postura proativa e adaptativa; A fraude tem sido um tema de grande relevância no Brasil nos últimos anos, especialmente em decorrência das operações conduzidas pela Polícia Federal, como a Lava Jato. Contudo, trata-se de uma prática de longa data, que não é exclusiva do Brasil, mas sim um fenômeno global. A ACFE (Association of Certified Fraud Examiners) estima que as perdas decorrentes de fraudes possam representar até 5% do faturamento das empresas. É igualmente importante destacar que, além da fraude, a possibilidade de erros e a negligência de questões relevantes também podem acarretar sérios danos e devem ser devidamente consideradas em análises desse fenômeno. (SILVA *et al.*, 2013).

Diante desse cenário desafiador, a gestão de riscos emerge como um elemento crucial para a sobrevivência e o sucesso empresarial. Nesse contexto, as provisões para riscos surgem como uma ferramenta estratégica, permitindo às empresas anteciparem e se prepararem para potenciais adversidades, ao mesmo tempo em que exploram oportunidades de forma consciente e calculada (SILVA *et al.*, 2013).

A utilização das provisões para riscos não se restringe somente a uma perspectiva puramente financeira; ela reflete também uma abordagem holística e integrada à gestão empresarial (ARAÚJO; GOMES, 2021). Ao incorporar essa prática em sua estratégia, as organizações demonstram um compromisso não apenas com a sustentabilidade financeira de curto prazo, mas também com a preservação de valor a longo prazo e a criação de relações de confiança com seus *stakeholders*.

Em outras palavras, pode-se dizer que, primeiramente, é crucial destacar que existem prescrições definidas pela lógica contábil que determinam quais despesas devem ser provisionadas e registradas (SILVA *et al.*, 2016). Essas normativas são fundamentais para garantir a transparência e a conformidade nas

práticas contábeis das organizações, é importante abordar as diversas interpretações que podem surgir a respeito dessas prescrições.

Embora as diretrizes contábeis forneçam orientações claras, a aplicação prática pode variar dependendo do contexto específico de cada empresa ou situação financeira. Isso pode gerar discussões e análises sobre a adequação das provisões feitas e sua consistência com as normas vigentes (SILVA et al., 2016). Em suma, é essencial discutir as possíveis manobras que algumas entidades podem adotar em relação à definição estabelecida de provisões para despesas. Algumas organizações podem explorar brechas nas normas contábeis ou interpretar de maneira flexível as diretrizes para influenciar seus resultados financeiros ou demonstrações contábeis.

Além de abordagens normativas, as lógicas institucionais permitem analisar como se molda o comportamento organizacional neste particular. Essa perspectiva teórica concede ricos subsídios sobre os processos de criação de sentido no campo das finanças corporativas, especificamente com relação à definição das despesas fazer parte da conta de provisões, e sobre a maneira como as empresas se posicionam e legitimam suas práticas diante de diferentes *stakeholders* e contextos institucionais (ARAÚJO; GOMES, 2021).

Essas práticas levantam questões éticas e podem afetar a credibilidade das informações financeiras apresentadas. Assim, a combinação desses pontos proporciona uma visão abrangente sobre as provisões para despesas na contabilidade, desde suas bases normativas até suas implicações práticas e potenciais desafios éticos. Ao adentrar o universo das manobras empresariais, é crucial reconhecer a complexidade e a multifacetada natureza dessas ações. Segundo Baptista (2009), os profissionais de Contabilidade, ao receberem poder de julgamento, podem criar condições favoráveis para manipular os resultados contábeis.

Nesse sentido, a construção de significado no âmbito das finanças assume uma função crucial (SILVA et al., 2016). As organizações não apenas se esforçam para administrar riscos e aumentar lucros, mas também para desenvolver uma identidade financeira que esteja alinhada com seus valores e objetivos. Isso implica em seriedade, responsabilidade, prudência e estabilidade

financeira. No sentido das finanças empresariais, as normas e expectativas institucionais orientam sobre as estratégias e decisões das empresas.

Ao explorar essa inter-relação entre manobras e criação de sentido, esta pesquisa visa não apenas expandir o conhecimento acadêmico sobre o tema, mas também oferecer princípios práticos que possam orientar as estratégias financeiras das empresas em consonância com as demandas e expectativas do ambiente institucional em que estão inseridas (SILVA *et al.*, 2016).

Por exemplo, em setores altamente regulamentados, como o financeiro e o de saúde, as empresas enfrentam pressões específicas para conformidade com normas e regulamentos, o que pode impactar suas estratégias de gestão de riscos e suas abordagens de provisionamento (SILVA *et al.*, 2016). Por exemplo, instituições bancárias são obrigadas a fazer provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), conforme diretrizes do Banco Central, para cobrir potenciais perdas com empréstimos que possam não ser pagos pelos tomadores.

Conforme Niyama e Gomes (2000, p. 75), a criação de provisões para devedores duvidosos é uma forma padronizada nas empresas para estimar possíveis perdas de crédito, conforme os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Da mesma forma, no setor de saúde, hospitais e clínicas enfrentam regulamentações específicas relacionadas ao provisionamento de despesas com indenizações trabalhistas, contingências legais e manutenção de equipamentos médicos (SMITH, 2015; JONES *et al.*, 2018).

Para Lopes, Beuren e Vicente (2021), a adequada gestão das provisões para riscos requer uma análise cuidadosa dos riscos enfrentados pela empresa e uma avaliação realista das probabilidades de ocorrência desses eventos adversos. Conforme Kimura e Perera (2005), isso inclui a colaboração entre diferentes áreas da organização, incluindo finanças, contabilidade e área jurídica para garantir que as provisões sejam calculadas de maneira precisa e em conformidade com as normas contábeis e regulamentações aplicáveis.

Ademais, as expectativas sociais e a reputação corporativa desempenham um papel crucial na forma como as empresas abordam as provisões para riscos, visto que as organizações, atualmente, são amplamente

vigiadas por seu comportamento ético. Tal como diz Assi (2021), as empresas que são percebidas como responsáveis e éticas podem enfrentar pressões adicionais para demonstrar transparência e prudência em suas práticas de provisionamento, a fim de proteger sua reputação e manter a confiança dos *stakeholders*.

A sustentabilidade financeira abrange a capacidade organizacional de manter operações estáveis a longo prazo, gerindo recursos de forma eficiente. Os riscos emergentes e as tendências futuras são aspectos cruciais que os gestores e líderes empresariais devem monitorar de perto para garantir a resiliência e sustentabilidade de suas organizações. À medida que o ambiente de negócios global continua a evoluir, novos tipos de riscos estão surgindo, muitos dos quais podem ter impactos profundos e duradouros (DE OLIVEIRA; MARTINS, 2014).

Este trabalho visou investigar os distintos entendimentos e significados quanto ao tipo de despesas relativos ao lançamento de provisão de riscos que influem na gestão de risco e permitem às empresas, dessa forma, manobras quanto a seu desempenho.

Assim, este estudo busca responder à pergunta norteadora:

Como a definição de despesas nas provisões para riscos é influenciada pelas lógicas institucionais, permitindo manobras empresariais?

Essa pergunta será explorada ao longo deste trabalho, fornecendo conhecimentos importantes para compreender a interseção entre as manobras empresariais, a criação de significado das provisões e o contexto institucional no campo das finanças corporativas.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo deste estudo é investigar as estratégias empresariais na elaboração de demonstrativos financeiros para apresentar resultados

desejáveis, por meio da inclusão de despesas nas provisões para riscos, com foco na criação de significado no campo das finanças, sob a perspectiva da lógica institucional.

1.2 Objetivos específicos:

- Descrever as práticas de provisionamento e gestão de riscos durante o período de um ano.
- Explorar as influências das diferentes lógicas institucionais para a constituição das provisões de riscos.
- Explorar as práticas institucionais que resultam em manobras empresariais para obter resultados desejáveis.

1.3 Justificativa da pesquisa

Esta pesquisa é justificada pela relevância do tema e pela necessidade de compreender as práticas empresariais e financeiras em um contexto institucional. A conta de provisionamento é fundamental para ajustar o balanço das empresas diante de previsões de *default* ou exigências não antecipadas (LOPES; BEUREN; VICENTE, 2021).

Ainda, contribuirá para o avanço do conhecimento acadêmico exibindo a criação de despesas de provisionamento e seus significados, visando a redução da exposição das organizações, fornecendo *insights* práticos que podem ajudar as organizações a aprimorarem suas estratégias e processos relacionados à gestão de riscos e finanças.

2 MARCO TEÓRICO

A introdução ao marco teórico é fundamental para situar o leitor no contexto conceitual e teórico que embasa a pesquisa (DE MOURA SOUSA, 2018). Este capítulo busca explorar os fundamentos teóricos relevantes para compreender as práticas empresariais relacionadas à gestão do risco por meio das provisões e a criação de sentido no campo das finanças.

Neste contexto, começaremos por discutir a importância da gestão de riscos e finanças corporativas, destacando sua relevância para a sobrevivência e o sucesso das organizações em um ambiente caracterizado pela incerteza e volatilidade. Em seguida, exploraremos os conceitos fundamentais relacionados às provisões para riscos, examinando suas definições, critérios de reconhecimento e mensuração, bem como suas implicações para a estabilidade financeira das empresas.

Além disso, será analisada a criação de sentido no campo das finanças, uma abordagem que enfatiza o papel das narrativas e significados na construção dos itens constituintes da demonstração financeira das organizações. Exploraremos como as empresas procuram não apenas gerenciar riscos e maximizar lucros, mas também construir uma narrativa coerente e significativa em torno de suas práticas financeiras, visando sustentar sua legitimidade e confiança dos atores envolvidos, fazendo uso das teorias das lógicas institucionais, uma perspectiva teórica que busca compreender como as normas, valores e crenças compartilhados por uma determinada comunidade influenciam o comportamento das organizações e moldam suas práticas e estratégias.

Finalmente, discutiremos a importância do contexto institucional na moldagem das práticas empresariais, explorando como normas, regulamentações e expectativas sociais exercem influência sobre as estratégias e decisões das organizações. Analisaremos como as empresas respondem e se adaptam ao ambiente institucional em que estão inseridas, buscando legitimar suas práticas e se alinhar às expectativas dos diversos stakeholders.

2.1 Gestão de Riscos

No âmbito da gestão empresarial, a gestão de riscos e finanças corporativas desempenha um papel vital na sustentabilidade e no sucesso das organizações. A gestão de riscos é um processo contínuo e multidisciplinar que envolve a identificação, avaliação e mitigação de ameaças potenciais que podem afetar os objetivos e resultados da empresa. Para De Moura Sousa (2018), essas ameaças podem surgir de diversos contextos, como instabilidades econômicas, mudanças regulatórias, falhas operacionais ou eventos catastróficos.

A gestão de riscos busca equilibrar a exposição ao risco com a busca por oportunidades de criação de valor, garantindo que a organização possa enfrentar desafios de forma proativa e responder de maneira eficaz a mudanças no ambiente externo (SANTOS; COELHO, 2018).

Isso envolve a implementação de políticas, processos e controles que visam minimizar a probabilidade e o impacto de eventos adversos, ao mesmo tempo em que permitem a exploração de oportunidades de crescimento e inovação (DE OLIVEIRA, 2024).

No cenário das finanças corporativas, De Moura Sousa (2018) afirma que a gestão eficaz de recursos financeiros é essencial para garantir a saúde financeira e a sustentabilidade da organização a longo prazo. Isso inclui atividades como a gestão do capital de giro, o planejamento financeiro, a análise de investimentos e a estruturação do capital (DE OLIVEIRA, 2024). A gestão financeira tem o intuito de otimizar o uso dos recursos disponíveis, equilibrando a necessidade de investimento em crescimento e desenvolvimento com a manutenção de uma base financeira sólida e estável (DE OLIVEIRA, 2024).

A intersecção entre a gestão de riscos e as finanças corporativas é evidente na maneira como as organizações abordam a avaliação e o gerenciamento dos riscos financeiros (SANTOS; COELHO, 2018). De acordo com De Moura Sousa (2018), riscos financeiros, como volatilidade cambial, flutuações nas taxas de juros, riscos de crédito e de mercado, podem ter um impacto significativo nos resultados financeiros e na posição competitiva da empresa.

Portanto, é fundamental que as empresas desenvolvam estratégias de gestão de riscos financeiros eficazes para proteger seus ativos e garantir a continuidade dos negócios (PINHO *et al.*, 2011). Isso envolve a integração da gestão de riscos financeiros nas estratégias financeiras da empresa e a avaliação contínua do impacto desses riscos nos resultados e na criação de valor (FRIGO; ANDERSON, 2011).

Segundo Seabra (2013), as empresas têm a responsabilidade de gerenciar seus riscos de forma ética e transparente, garantindo que suas práticas financeiras estejam alinhadas com os interesses de todos os atores envolvidos e contribuam para o bem-estar econômico e social da sociedade.

2.1.1 Provisões para Riscos: Entendimento pelas Empresas

As provisões para riscos são ferramentas contábeis utilizadas pelas empresas para antecipar e mitigar potenciais perdas futuras (SANTOS; COELHO, 2018). Elas são especialmente importantes em setores onde a incerteza e a volatilidade são elevadas. As provisões são registradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, representando a obrigação futura de recursos financeiros para cobrir possíveis contingências.

A prática de provisionamento varia entre as empresas, influenciada pela natureza de suas atividades, complexidade operacional e regulamentações específicas do setor (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005). Para Neto (2011), a transparência nas práticas de provisão é crucial para a manutenção da confiança dos atores do contexto. Empresas que demonstram clareza e responsabilidade em suas provisões para riscos tendem a ganhar a confiança de investidores, clientes e reguladores.

2.1.2 Provisões para Riscos: Conceitos e Práticas

A gestão de riscos empresariais inclui a adoção de medidas proativas para mitigar potenciais perdas financeiras decorrentes de eventos adversos. Seabra (2013, p. 32) diz que:

As provisões para riscos desempenham um papel fundamental nesse processo, permitindo que as empresas reservem recursos financeiros para cobrir possíveis contingências futuras. Essas provisões são constituídas com base na avaliação de riscos específicos enfrentados pela organização e na probabilidade de ocorrência desses eventos adversos.

As provisões para riscos podem englobar uma ampla gama de eventos, incluindo perdas decorrentes de litígios judiciais, falhas de produtos, depreciação de ativos, obrigações contratuais e contingências fiscais (SANTOS; COELHO, 2018).

A necessidade de constituição de provisões para riscos é determinada pela avaliação dos riscos envolvidos e pelas práticas contábeis vigentes, conforme estabelecido pelos órgãos reguladores e normas contábeis aplicáveis (ASSI, 2021).

As provisões para riscos são reconhecidas nas demonstrações financeiras como passivos contingentes, refletindo a obrigação futura da empresa de dispor de recursos financeiros para cobrir esses compromissos (ASSI, 2021).

Ademais, é útil que as empresas revisem regularmente suas provisões para riscos e as ajustem, conforme necessário, para refletir mudanças nas condições de mercado, regulamentações ou circunstâncias operacionais. Essa premissa demanda uma abordagem proativa e diligente por parte da empresa para garantir que suas demonstrações financeiras forneçam uma imagem precisa e atualizada de sua posição financeira e riscos associados (CORSO et al., 2014).

Os riscos emergentes e as tendências futuras são elementos cruciais que gestores e líderes empresariais devem acompanhar atentamente para assegurar a resiliência e a sustentabilidade de suas organizações (WOODS, 2016). À medida que o ambiente de negócios global continua a evoluir, novos tipos de riscos estão surgindo, muitos dos quais podem ter impactos profundos e duradouros (DE OLIVEIRA; MARTINS, 2014). Identificar e compreender esses riscos emergentes é essencial para desenvolver estratégias proativas e eficazes de mitigação. Para tanto, Martin, Santos e Dias (2004, p. 43) dizem que:

Um dos riscos emergentes mais significativos é o risco cibernético. Com a crescente dependência de tecnologias digitais e a expansão das redes conectadas, as empresas estão mais vulneráveis a ciberataques e violações de dados. A frequência e a sofisticação desses ataques estão aumentando, afetando não apenas grandes corporações, mas também pequenas e médias empresas. A proteção contra riscos cibernéticos requer investimentos contínuos em cibersegurança, treinamento de funcionários e desenvolvimento de protocolos robustos de resposta a incidentes.

As mudanças climáticas representam outro risco emergente de importância crítica. Eventos climáticos extremos, como furacões, inundações e secas, estão se tornando mais frequentes e severos, resultando em interrupções significativas nas operações empresariais e nas cadeias de suprimentos globais (IPCC, 2021). Além dos impactos físicos, surgem riscos regulatórios, à medida que os governos adotam políticas mais rigorosas para enfrentar as mudanças climáticas (PETERS *et al.*, 2020). De acordo com Silva *et al.* (2013), as empresas precisam adotar práticas sustentáveis e desenvolver planos de adaptação climática para mitigar esses riscos. Os riscos relacionados à saúde pública, como pandemias, também estão ganhando destaque.

A pandemia de COVID-19 revelou a vulnerabilidade das empresas a surtos de doenças infecciosas e a necessidade de se preparar para tais eventos (CAMPOS; DOS REIS, 2023). Isso envolve a implementação de medidas de saúde e segurança, a elaboração de planos de continuidade de negócios e a adaptação ágil a mudanças nas condições de mercado (WOODS, 2016).

A preparação para futuros riscos de saúde pública será crucial para a resiliência organizacional (DE OLIVEIRA; MARTINS, 2014). Outro risco

emergente é a volatilidade econômica e financeira, exacerbada por fatores geopolíticos e comerciais. As tensões comerciais, a incerteza política e as mudanças nas políticas econômicas podem criar um ambiente de volatilidade que afeta as operações e os investimentos empresariais (MARTIN; SANTOS; DIAS, 2004).

A gestão desse risco requer uma abordagem dinâmica e adaptável, com monitoramento contínuo do ambiente macroeconômico e ajustes nas estratégias empresariais conforme necessário (HUANG *et al.*, 2018).

As empresas precisam gerenciar a transição para novos modelos de trabalho, investindo em requalificação e capacitação de seus funcionários para adaptá-los às novas demandas do mercado. A gestão eficaz de uma força de trabalho diversificada e remota é crucial para manter a produtividade e a coesão organizacional (BORGES, 2021).

Logo, a globalização continua a influenciar os riscos empresariais, apresentando um novo conjunto de dinâmicas. A interdependência econômica e as cadeias de suprimentos globais criam vulnerabilidades a interrupções e a mudanças nas políticas comerciais (PEREIRA; COSTA, 2020). A adaptação a essas mudanças requer estratégias de diversificação geográfica e de fornecedores, além de uma abordagem flexível à gestão de riscos (MARTIN; SANTOS; DIAS, 2004).

Em resumo, os riscos emergentes e as tendências futuras apresentam desafios complexos e multifacetados para as empresas. A capacidade de identificar, compreender e mitigar esses riscos é essencial para a resiliência organizacional (DELOITTE, 2021).

As empresas que adotam uma abordagem proativa e adaptável, investindo em inovação, sustentabilidade e capacitação de seus funcionários, estarão mais bem posicionadas para navegar no ambiente dinâmico e incerto do futuro (McKinsey, 2022; World Economic Fórum, 2023).

2.1.3 Mensuração das Provisões

A mensuração das provisões é um processo crucial na contabilidade, pois envolve estimar os valores necessários para liquidar obrigações presentes decorrentes de eventos passados e previstos. Esse procedimento é fundamentado em julgamentos da administração da entidade, embasados em experiências passadas e, ocasionalmente, em avaliações de especialistas independentes.

A precisão dessa mensuração é essencial para garantir que as demonstrações financeiras forneçam uma representação fiel das obrigações assumidas pela organização. Conforme o CPC 25 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2012), as provisões devem representar o melhor julgamento que cada empresa considera possível, com base nas informações disponíveis, garantindo, assim, transparência e conformidade com os princípios contábeis pertinentes.

No CPC 23 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2012) sobre Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, item 32, é destacado que, devido às incertezas inerentes às operações empresariais, muitos quesitos nas demonstrações contábeis não podem ser mensurados com precisão e devem ser estimados. Segundo o CPC 25, itens 36 e 37, o valor das provisões deve representar a melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação na data do balanço, ou seja, o valor presente da obrigação, levando em conta o valor do dinheiro no tempo.

As estimativas para o cálculo das provisões são baseadas no julgamento da administração, utilizando-se da experiência em situações similares. Conforme Silva (2012), as entidades podem determinar os possíveis desfechos de uma obrigação e fazer uma estimativa suficientemente confiável para o reconhecimento de provisões ou passivos contingentes.

De acordo com o CPC 23, item 34, as estimativas podem requerer revisões ao longo do tempo, o que pode resultar em ajustes. Entretanto, tais ajustes não devem ser aplicados retroativamente nem usados para corrigir erros.

Se os ajustes afetarem períodos futuros, devem ser reconhecidos como receitas ou despesas no período relevante.

No CPC 25, item 43, é explicado que o risco se refere à variabilidade dos desfechos, o que implica que a avaliação de risco pode influenciar diretamente na mensuração do valor de um passivo. As incertezas devem ser cuidadosamente consideradas durante o processo de julgamento para evitar superavaliação de ativos e receitas, assim como subavaliação de passivos e despesas.

2.1.4 Reconhecimentos das Provisões

O reconhecimento das provisões para riscos é um procedimento contábil crucial que envolve a identificação e o registro de obrigações presentes decorrentes de eventos passados que possam resultar em saídas de recursos econômicos para sua liquidação. Um exemplo de reconhecimento de provisão para riscos pode ser a reserva para contingências jurídicas em uma empresa.

Suponha que uma empresa esteja envolvida em um litígio pendente, no qual há uma probabilidade razoável de que ela seja responsabilizada por uma indenização. Neste caso, a empresa reconhecerá uma provisão para contingências legais, refletindo a obrigação presente decorrente de um evento passado (o litígio) que pode resultar em saída de recursos econômicos para sua liquidação.

Conforme estabelecido pelo CPC 25, as provisões são reconhecidas quando a organização possui uma obrigação presente, como consequência de um evento passado, e é provável que a saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar essa obrigação, além de ser possível realizar uma estimativa confiável do montante envolvido. Esses critérios visam assegurar que as demonstrações financeiras reflitam de maneira precisa as responsabilidades financeiras assumidas pela organização, garantindo transparência e conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

De acordo com as normas contábeis aplicáveis, o reconhecimento de passivos e provisões deve seguir critérios específicos, assegurando a fidedignidade das demonstrações financeiras das organizações. Conforme estabelecido pelo CPC 25 (2010), esse reconhecimento implica a inclusão no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado de itens que se qualificam como elementos patrimoniais e que atendem aos critérios de reconhecimento. Além disso, o conceito de passivos é detalhado na NBC TG 25 (2010), que aborda as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, garantindo, assim, uma maior transparência nas informações financeiras (CPC, 2010).

A normativa NBC TSP 19 (Norma Brasileira de Contabilidade) estabelece diretrizes sobre a contabilização de passivos e provisões, conforme definido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2015)., complementada por referências como o CPC 25 (2012), e define que um evento que cria uma obrigação é aquele em que a entidade não possui alternativa realista senão liquidá-la. Essas obrigações são sempre oriundas de eventos passados, sendo fundamental determinar sua existência na data do fechamento do balanço, com base em evidências disponíveis.

Quanto à probabilidade de ocorrência, conforme estabelecido pela NBC TSP 19, um evento é considerado provável se a sua chance de ocorrer for maior do que a de não ocorrer, exigindo uma avaliação cuidadosa para determinar o registro de provisões, deixando claro que o julgamento cabe a cada empresa.

A resolução IAS 37 (International Accounting Standards – IASB 1998), reforça que as estimativas do desfecho e seus impactos financeiros são baseadas no julgamento da administração da entidade, apoiado pela experiência de transações similares e, em certos casos, por pareceres de especialistas independentes.

A Resolução IAS 37 é uma norma internacional emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), que trata sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Portanto, o reconhecimento de provisões requer uma estimativa confiável dos valores envolvidos, refletindo a incerteza inerente aos dados disponíveis. Caso não seja possível uma estimativa

confiável, a provisão não deve ser reconhecida, devendo ser apenas divulgada em notas explicativas às demonstrações financeiras.

Essas diretrizes garantem que as demonstrações financeiras proporcionem uma visão precisa da posição financeira e dos resultados da entidade, refletindo adequadamente suas obrigações presentes e garantindo transparência aos atores do contexto.

2.2 Lógicas Institucionais

O conceito de "Lógicas Institucionais" foi originalmente apresentado por Alford e Friedland (1985) para caracterizar conjuntos de práticas e crenças concorrentes e, eventualmente, conflitantes que coexistem nas instituições das sociedades ocidentais modernas, como o capitalismo, a burocracia estatal e a democracia política. Thornton e Ocasio (1999) expandiram essa definição, descrevendo lógicas institucionais como padrões históricos que envolvem práticas, pressupostos, valores, crenças e regras. Esses padrões orientam como os indivíduos estruturam suas vidas materiais e sua organização temporal e espacial, atribuindo significado à sua realidade social.

De acordo com Friedland e Alford (1991), as principais instituições da sociedade, como o mercado capitalista, o Estado burocrático, as famílias, a democracia e a religião, possuem lógicas fundamentais que guiam os princípios organizacionais. Essas lógicas fornecem aos atores sociais vocabulários, com seus significados, que moldam seus motivos e identidades.

Essas lógicas não somente restringem a ação, como também concedem fontes de agência e potencial para mudança. As incoerências entre distintas lógicas institucionais propiciam apetrechos culturais para modificar padrões, organizações e a comunidade como um todo.

A perspectiva das lógicas institucionais incorpora dimensões estruturais, normativas e simbólicas, sendo essenciais para compreender como as instituições moldam a estabilidade e a mudança das organizações (Thornton; Ocasio, 1999). Esta abordagem reconhece que as instituições não são estáticas, mas estão em constante interação e transformação, influenciando e sendo

influenciadas pelas ações de indivíduos e organizações (Friedland; Alford, 1991). Portanto, as lógicas institucionais não apenas explicam as restrições e oportunidades dentro das ordens institucionais, mas também destacam como essas ordens são construídas socialmente e podem ser contestadas, reconfiguradas ou transformadas ao longo do tempo por meio da interação dinâmica entre diferentes contextos e interesses institucionais.

As lógicas, com seus elementos, normas, valores, crenças e regras, são fundamentais para entender como as empresas operam e tomam decisões, influenciando suas práticas e estratégias (ALVES; DA SILVA, 2020). Isso significa que as organizações adotam práticas e estruturas que são consideradas legítimas e apropriadas dentro do seu campo institucional. Para Neto (2011, p. 314):

No contexto das finanças corporativas e da gestão de riscos, a lógica institucional ajuda a explicar por que certas práticas, como a constituição de provisões para riscos, são adotadas por empresas. Essas práticas não são apenas resultados de análises técnicas, mas também reflexos das expectativas sociais e normativas do ambiente institucional em que as empresas operam.

Por exemplo, em setores altamente regulamentados, como o financeiro, as empresas são pressionadas a aderir a normas estritas de provisionamento para manter a confiança dos atores interessados e cumprir com as obrigações legais. Essa condição indica que muitas das questões relevantes já foram definidas entre as lógicas do contexto.

As lógicas institucionais também influenciam diretamente a gestão de riscos. As empresas desenvolvem suas estratégias de risco de acordo com as normas e expectativas do campo institucional. Isso inclui práticas de transparência e responsabilidade que são essenciais para a manutenção da confiança dos *stakeholders* (ALVES; DA SILVA, 2020). Uma gestão de riscos alinhada com uma lógica institucional que privilegia a lógica corporativa (THORNTON, OCASIO E LOUNSBURY, 2012) promove a criação de valor a longo prazo e a sustentabilidade empresarial. Entretanto, as organizações

precisam se haver também, além disso, com aspectos de uma lógica de estado, que impõe normas de atuação.

2.2.1 Criação de Sentido no Campo das Finanças

A criação de sentido pode ser analisada segundo os conceitos tanto de *sensemaking* quanto o de *sensegiving*, constituindo-se em um processo dinâmico. Enquanto o *sensemaking* é o esforço de entender e atribuir significado a eventos complexos, o *sensegiving* refere-se ao processo de influenciar a compreensão de outros, moldando a percepção e o significado compartilhado (GIOIA; CHITTIPEDDI, 1991).

Conforme Weick, Sutcliffe e Obstfeld (2009), *sensemaking* envolve a construção de significado a partir de eventos ambíguos ou inesperados, ajudando os atores a entenderem e responderem às situações que desafiam suas expectativas.

Na área das finanças, isso se manifesta quando gestores e profissionais da área tentam interpretar mudanças nas políticas contábeis, variações nos indicadores financeiros ou pressões regulatórias, influenciando, assim, a maneira como comunicam e justificam suas decisões para os *stakeholders* (TRIGOS *et al.*, 2024).

A criação de sentido (*sensemaking*) nas finanças corporativas refere-se ao processo pelo qual os atores organizacionais interpretam e dão significado às práticas e decisões financeiras dentro de um contexto institucional específico (MELO, 2013).

Nas finanças, líderes e gestores atuam de maneira a interpretar as diretrizes contábeis e traduzir essas interpretações em práticas que façam sentido para a organização como um todo.

De acordo com Rodrigues e Lavarda (2023), esse processo é essencial para alinhar as práticas financeiras com os objetivos estratégicos e a cultura organizacional, além de garantir a coerência nas comunicações internas e externas.

O processo de criação de sentido no campo das finanças também está profundamente ligado à construção da legitimidade organizacional (MELO, 2013).

Em cenário em que existem múltiplas lógicas institucionais em jogo, como mercados, regulações governamentais e expectativas sociais, as empresas precisam criar narrativas coerentes que expliquem suas escolhas financeiras e operacionais (BERTELS; LAWRENCE, 2016).

Por exemplo, ao reportar resultados financeiros em períodos de crise, os gestores criam sentido para construir uma narrativa que reforce a resiliência e a capacidade de adaptação da empresa, enfatizando decisões prudentes e alinhadas com a sustentabilidade a longo prazo (BERTELS; LAWRENCE, 2016).

Nas finanças corporativas, o *sensegiving* pode se manifestar na interpretação de políticas de provisões para riscos e na forma como essas interpretações são comunicadas aos *stakeholders*. Por exemplo, durante auditorias, os gestores precisam justificar as escolhas feitas em relação às provisões, baseando-se não apenas nas normas contábeis, mas também em fatores contextuais, como expectativas de mercado e precedentes legais (MELO, 2013). Essa justificativa não se limita a números e relatórios; abraça também a construção de uma narrativa que torne essas escolhas comprehensíveis e aceitáveis para acionistas, reguladores e outros atores relevantes (WEICK; SUTCLIFFE; OBSTFELD, 2009).

O *sensegiving* é particularmente relevante em situações em que a credibilidade e a confiança da empresa estão em jogo. Gestores financeiros, ao comunicar estratégias de provisionamento e mitigação de riscos, precisam fazer mais do que apresentar dados objetivos (TRIGOS *et al.*, 2024). Eles devem construir narrativas que conectem esses dados aos valores e à missão da empresa, mostrando como as decisões financeiras sustentam a estabilidade e o crescimento organizacional (RODRIGUES; LAVARDA, 2023). Isso é

especialmente importante em momentos em que as expectativas dos atores envolvidos podem ser conflitantes ou quando a empresa enfrenta críticas ou questionamentos sobre suas práticas contábeis (GIOIA; CHITIPEDDI, 1991).

2.2.2 Multiplicidade de Lógicas Institucionais

Friedland e Alford (1991) introduziram o conceito de "Lógicas Institucionais" para discorrer as variadas tradições intrinsecamente relacionadas nas comunidades do ocidente, como o capitalismo, a morosidade administrativa do Estado e a democracia social.

Conforme Greenwood et al. (2011), essas lógicas frequentemente entram em conflito, cada uma com seus próprios sistemas de significado e normas embutidas em rituais e práticas. A multiplicidade de lógicas em um determinado contexto pode ser relativamente incompatível entre si, levando a desafios significativos e tensões para as organizações expostas a elas. Thornton e Ocasio (1999) e Rao, Monin e Durand (2003) discutem como a emergência de uma nova lógica muitas vezes desafia e, eventualmente, suplanta a lógica anterior dominante, devido à sua incompatibilidade fundamental.

Neste cenário, as lógicas institucionais competem por influência em todos os domínios da sociedade (Nigam e Ocasio, 2010), criando um campo dinâmico onde diferentes práticas, regras e valores disputam a supremacia. A coexistência de múltiplas lógicas institucionais ao longo do tempo pode resultar em complexidade organizacional e pluralidade de práticas (Greenwood et al., 2011). Goodrick e Reay (2011) observam que estas lógicas interagem e moldam tanto os profissionais quanto os campos de trabalho, refletindo a persistência e influência contínua de várias lógicas institucionais concomitantes.

A diversidade de orientações proporcionadas pelas múltiplas lógicas institucionais pode levar a interpretações ambíguas e processos de negociação em organizações (Lounsbury, 2008). Essa complexidade institucional surge da necessidade dos atores de lidar com as prescrições conflitantes das diferentes lógicas, que podem variar significativamente em sua influência e efeitos sobre os atores e suas práticas organizacionais (Battilana e Dorado, 2010).

Assim, a abordagem das lógicas institucionais não apenas oferece *insights* sobre a dinâmica das interações sociais e organizacionais, mas também ajuda a compreender como as organizações respondem e se adaptam à complexidade institucional que surge da coexistência de múltiplas lógicas.

As organizações frequentemente operam em ambientes onde coexistem múltiplas lógicas institucionais. Isso significa que as empresas podem ser influenciadas por diferentes conjuntos de normas e expectativas, que podem, por vezes, ser conflitantes. Em muitos casos, as organizações precisam navegar entre diversas lógicas institucionais. Por exemplo, uma empresa pode estar sujeita a pressões regulatórias (lógica regulatória do Estado), expectativas de mercado (lógica de mercado) e normas culturais (lógica cultural associada às comunidades e famílias). Cada uma dessas lógicas pode prescrever diferentes comportamentos e práticas, criando desafios e oportunidades para a gestão organizacional (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005).

Quando se trata de gestão de riscos, Neto (2011) acredita que as múltiplas lógicas podem concluir, ao analisar as decisões sobre como identificar, avaliar e mitigar riscos que, por exemplo, a lógica regulatória pode exigir práticas conservadoras de provisão de riscos, enquanto a lógica de mercado pode incentivar a assunção de riscos para maximizar lucros. As empresas precisam encontrar um equilíbrio entre essas lógicas para gerir, eficazmente, os riscos e atender às expectativas de todos os *stakeholders* (BITTENCOURT; CARRIERI, 2005).

A gestão de riscos pode ser vista como um campo onde múltiplas lógicas se encontram e se influenciam. A lógica regulatória, com suas exigências de *compliance* e transparência, é fundamental para garantir que as práticas de gestão de riscos sejam robustas e confiáveis. Por outro lado, a lógica de mercado incentiva a inovação e a competitividade, elementos essenciais para a criação de valor a longo prazo. Ao integrar essas lógicas, as empresas podem desenvolver abordagens de gestão de riscos que não apenas protejam contra ameaças, mas também aproveitem oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

Goodrick e Reay (2011) examinaram e descreveram tanto as relações competitivas (ou de segmentação) quanto as cooperativas (facilitadoras ou aditivas) entre lógicas coexistentes, permitindo que múltiplas lógicas influenciem os atores simultaneamente. Enquanto as relações competitivas entre lógicas sugerem que o fortalecimento de uma lógica enfraquece outra, as relações cooperativas indicam que diferentes lógicas podem se reforçar mutuamente, sem que uma prejudique a outra (GOODRICK; REAY, 2011).

Para Waldorff, Reay e Goodrick (2015), a compreensão das coordenadas da competitividade cooperativista é essencial para analisar as dinâmicas que promovem a estabilização institucional. Essas interações complexas entre múltiplas lógicas institucionais refletem escolhas estratégicas de ação, distribuição de poder e *status* dentro das organizações (GREENWOOD *et al.*, 2011; KRAATZ, 1998; LOUNSBURY, 2001), moldadas pelas normas e regras impostas pelas próprias lógicas institucionais (THORNTON; OCASIO, 1999).

Essa competição de lógicas institucionais pode criar tensões e desafios para as organizações, pois precisam equilibrar diferentes perspectivas e prioridades na gestão de riscos. A capacidade de integrar e reconciliar essas lógicas de forma eficaz pode influenciar, significativamente, a definição do caráter das despesas consideradas para provisionamento.

Por exemplo, em setores altamente regulamentados como o financeiro, as instituições podem adotar lógicas institucionais que priorizam a conformidade rigorosa com normas e regulamentos para minimizar riscos legais e financeiros. Em contrapartida, empresas inovadoras no setor de tecnologia podem seguir lógicas que favoreçam a agilidade e a adaptação rápida às mudanças de mercado, priorizando processos ágeis e práticas de design centradas no usuário, permitindo que lancem produtos e serviços disruptivos de maneira eficiente.

2.2.3 Logicas Institucionais e suas Implicações nas Práticas Organizacionais

Apesar de as práticas serem guiadas pelas lógicas institucionais vigentes, quando práticas estabelecidas são alteradas ou novas práticas são introduzidas, elas adotam uma atuação essencial na criação, manutenção e transformação das próprias lógicas institucionais (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012). As lógicas institucionais manifestam-se, concretamente, em ambientes específicos através da continuidade dos significados, práticas e identidades organizacionais (MOHR, 1994; MOHR; DUQUENNE, 1997). Estes estão em constante evolução e são influenciados pelas condições de coexistência ou conflito entre diferentes lógicas institucionais (BATTILANA; DORADO, 2010).

As lógicas institucionais proporcionam os elementos materiais e simbólicos que os atores usam em seus relacionamentos para implementar ou mudar práticas e identidades empresariais. (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012). A introdução de novas práticas ou variações na identidade pode gerar ambiguidade, atraindo a atenção dos atores e catalisando interações sociais para resolver essa ambiguidade (THORNTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

Identidades e práticas organizacionais não são fenômenos localizados apenas em um contexto específico, mas são constitutivamente moldados pelas instituições. Em ambientes institucionais caracterizados por múltiplas lógicas, a variação entre organizações tende a ser maior, resultando em identidades e práticas organizacionais distintas (PRATT; KRAATZ, 2009).

A forma conservadora e otimista de atribuir despesas às provisões pode variar, dependendo das práticas contábeis adotadas pelas empresas. Vamos examinar algumas dessas práticas que podem indicar abordagens conservadoras ou otimistas na atribuição de despesas às provisões, além de possíveis manobras para evitar práticas legais, com base em literatura contábil relevante.

Em uma Abordagem mais conservadora, teríamos:

Provisões para Contingências Jurídicas: uma empresa que adota uma abordagem conservadora pode provisionar um montante maior do que o necessário para contingências legais. Isso significa que ela está reservando mais recursos para possíveis perdas judiciais do que poderia realmente ocorrer, antecipando o pior cenário possível (MARION, 2019; LUDICIBUS *et al.*, 2017).

Provisões para Devedores Duvidosos: uma empresa conservadora pode aumentar as provisões para devedores duvidosos, considerando uma maior taxa de inadimplência do que a média do setor ou do histórico da empresa (COHEN, 2020).

Já no caso de uma Abordagem Otimista:

Provisões para Contingências: uma empresa otimista pode subestimar as provisões para contingências, reservando menos recursos do que poderia ser necessário para cobrir perdas potenciais. Isso pode ser feito para melhorar artificialmente os resultados financeiros no curto prazo (ALMEIDA; SANTOS, 2019).

Provisões para Garantias de Produtos: uma abordagem otimista pode resultar em provisões menores para garantias de produtos, assumindo que haverá menos reivindicações de garantia do que o esperado (LIMA; FREITAS, 2021).

Provisões para Impostos: uma empresa otimista pode subestimar as provisões para impostos, prevendo um impacto tributário menor do que o que realmente pode ocorrer, o que pode levar a ajustes posteriores significativos (PEREIRA; COSTA, 2020).

No caso de Manobras para Circundar Práticas Legais:

Empresas podem: utilizar práticas contábeis para tentar contornar obrigações legais ou influenciar percepções de desempenho financeiro de maneira não transparente.

Classificação de Despesas: classificar despesas que deveriam ser reconhecidas como despesas atuais como provisões futuras, adiando assim o reconhecimento de despesas e melhorando artificialmente o lucro atual (BORGES, 2021).

Subestimação de Contingências: reduzir provisões para contingências legais, assumindo uma menor probabilidade de perda ou um valor menor da possível perda, o que pode ser desafiado por auditorias ou processos judiciais futuros (MARION, 2019).

Manipulação de Critérios de Reconhecimento: ajustar os critérios de reconhecimento de provisões de maneira a não refletir, de forma adequada, às obrigações atuais, mascarando, assim, a verdadeira situação financeira da empresa (LUDÍCIBUS *et al.*, 2017).

Essas práticas refletem a importância da integridade e transparência nas práticas contábeis, garantindo que as provisões sejam adequadamente refletidas no balanço patrimonial para fornecer informações precisas aos stakeholders.

3 METODOLOGIA

3.1 Objeto de Pesquisa

A pesquisa tem como objeto analisar o significado atribuído pelas organizações às despesas que são provisionadas para risco, visando responder: como as manobras empresariais ocorrem por meio das provisões para riscos influenciadas pelo contexto institucional?

Outro objetivo é o de investigar as estratégias empresariais na elaboração de demonstrativos financeiros para apresentar resultados desejáveis, por meio das provisões para riscos, como foco na criação de significado no campo das finanças sob a perspectiva da lógica institucional.

A análise focará em como essas empresas percebem a relevância das provisões para riscos no contexto de suas estratégias financeiras e de gestão de riscos.

3.2 Estratégia de Pesquisa

A estratégia de pesquisa adotada é descritiva ao explorar a prática das provisões para riscos em um conjunto de empresas diversificadas para mapear e descrever como essas práticas são implementadas. Essa estratégia permite uma compreensão das práticas empresariais e facilita a identificação de padrões ou divergências entre as empresas.

Ao mesmo tempo, a pesquisa busca analisar como as despesas permitem às organizações a prática de um provisionamento contra o risco segundo diferentes lógicas.

3.3 Método de Pesquisa

O método de pesquisa é qualitativo, centrado em entrevistas semiestruturadas e análise documental.

O processo de classificação das empresas em Pequeno, Médio e Grande portes foi realizado com base em critérios como o valor do Ativo, o Faturamento anual e a forma de tributação adotada. As empresas foram agrupadas conforme o porte, de acordo com as faixas estabelecidas pela legislação vigente, considerando também a sua capacidade econômica e tributária. A classificação contábil seguiu os parâmetros estabelecidos pela Receita Federal, utilizando dados financeiros como o valor total de ativos e a receita bruta, que são determinantes para a categoria em que cada empresa se enquadra.

De acordo com a legislação vigente, a classificação das empresas em Pequeno, Médio e Grande portes é realizada com base no faturamento anual:

- **Pequeno porte:** empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões;
- **Médio porte:** empresas com faturamento anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões;
- **Grande porte:** empresas com faturamento anual superior a R\$ 300 milhões.

Esses valores são definidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, que estabelecem os critérios para o regime do Simples Nacional e para a classificação tributária das empresas.

As entrevistas foram conduzidas com gestores financeiros, como CFOs e controladores, bem como com especialistas em gestão de riscos. Foram realizadas 10 entrevistas, distribuídas da seguinte forma:

Tabela 1: Características das Empresas Entrevistadas

Empresa	Setor	Tamanho	Cargo do Entrevistado	Ano de Fundação
Empresa A	Industrial	Grande	CFO	1980
Empresa B	Financeiro	Grande	Gerente de Riscos	1995
Empresa C	Tecnologia	Médio	Diretor Financeiro	2005
Empresa D	Varejo	Pequeno	Coordenador de Riscos	2010
Empresa E	Saúde	Grande	Chefe de Contabilidade	2000
Empresa F	Serviços	Médio	Consultor de Gestão de Riscos	2015
Empresa G	Energia	Grande	Diretor de Auditoria Interna	1998
Empresa H	Telecomunicações	Médio	Analista Sênior de Riscos	2003
Empresa I	Educação	Pequeno	Gerente Financeiro	2011
Empresa J	Agropecuário	Grande	<i>Controller</i>	1992

Fonte: Autor (2024)

A escolha dos entrevistados se deve à relevância e experiência desses profissionais na gestão de provisões para riscos e ao impacto significativo que suas práticas têm nas demonstrações financeiras e na sustentabilidade das empresas. A seleção das empresas considerou aquelas com notável reconhecimento no mercado por suas práticas inovadoras e robustas de gestão de riscos, garantindo uma perspectiva abrangente e diversificada para o estudo.

A análise documental complementou as entrevistas, abrangendo relatórios anuais, demonstrações financeiras, políticas internas de gestão de riscos e outros documentos corporativos. As fontes documentais foram coletadas diretamente das empresas participantes e de bases de dados públicas, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central do Brasil, cobrindo um período de cinco anos (de 2019 a 2023).

Essa análise permitiu verificar a consistência das práticas de provisões para riscos relatadas nas entrevistas com as informações oficialmente divulgadas, proporcionando uma visão mais abrangente e detalhada das práticas empresariais.

3.4 Roteiro

O roteiro das entrevistas foi dividido em três seções principais: (1) Informações funcionais, (2) Práticas de provisões para riscos, (3) Percepções sobre a relevância das provisões.

As perguntas incluíram aspectos como os critérios utilizados para constituir provisões, os principais desafios enfrentados, e as influências regulatórias e culturais sobre essas práticas.

Um protocolo detalhado foi seguido pelo pesquisador para garantir a consistência e a comparabilidade das entrevistas. O questionário foi testado e revisado por especialistas para garantir a clareza e a relevância das perguntas.

3.5 Análise dos Resultados

A análise dos dados foi realizada através de uma abordagem de análise de conteúdo (Bardin, 2016), na qual as transcrições das entrevistas e os documentos coletados foram codificados e categorizados para identificar o tema das despesas provisionadas em cada condição.

A análise buscou entender como diferentes empresas abordam a questão das provisões para riscos e como essas práticas são influenciadas por fatores institucionais, culturais e regulatórios.

Foi dada atenção especial às narrativas construídas pelos gestores sobre a importância das provisões para riscos e suas implicações para a gestão financeira e a criação de sentido no campo das finanças.

Para reconhecer diferentes abordagens contábeis, uma lógica conservadora se manifesta através de provisões que excedem o necessário para contingências legais e devedores duvidosos, preparando-se para um cenário pessimista.

Em contrapartida, uma abordagem otimista é caracterizada por provisões subestimadas para contingências, garantias e impostos, visando, potencialmente, melhorar os resultados financeiros no curto prazo.

Por outro lado, uma manobra contábil pode envolver a classificação inadequada de despesas, subestimação de contingências e ajustes nos critérios de reconhecimento de provisões, comprometendo a transparência dos relatórios financeiros da empresa.

4 RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa, com base na análise das lógicas institucionais e na investigação das práticas de provisões para riscos em diferentes empresas.

Em primeiro lugar, buscou-se identificar e categorizar as diferentes lógicas institucionais que influenciam a gestão de provisões para riscos nas empresas analisadas. Esta categorização possibilita entender como essas lógicas orientam as práticas organizacionais e quais são as principais despesas que moldam a prática de provisionamento.

Ademais, a pesquisa procura revelar como gestores financeiros e especialistas em gestão de riscos percebem e implementam as provisões para riscos. Através das entrevistas, obteve-se uma visão detalhada das motivações, desafios e estratégias adotadas pelos profissionais para lidar com incertezas e garantir a sustentabilidade financeira de suas organizações.

Um dos principais resultados esperados foi a identificação de padrões comuns e divergentes entre as empresas participantes no que diz respeito às provisões para riscos.

Este mapeamento propiciará o importante entendimento se há uma lógica predominante ou se diferentes empresas adotam abordagens distintas, dependendo de fatores como tamanho, setor e cultura organizacional.

Outro resultado esperado é a compreensão das relações entre as lógicas institucionais e as práticas de gestão de riscos. Espera-se que a pesquisa demonstre como as lógicas institucionais podem tanto facilitar quanto dificultar a implementação de práticas eficazes de gestão de riscos, influenciando diretamente a tomada de decisão dos gestores.

De igual modo, a análise documental complementa os dados obtidos nas entrevistas, proporcionando uma visão mais completa das práticas de provisões para riscos.

A pesquisa também pretendeu identificar as principais barreiras enfrentadas pelas corporações na adoção de práticas eficientes de provisões para riscos.

Espera-se, ainda, que os resultados desta pesquisa contribuam para a literatura existente sobre lógicas institucionais e gestão de riscos, oferecendo novas perspectivas e evidências empíricas sobre como essas duas áreas interagem no contexto empresarial.

Adicionalmente, os resultados podem fornecer recomendações práticas para gestores e *policymakers* sobre como melhorar a eficácia das provisões para riscos nas empresas. A pesquisa busca identificar melhores práticas e estratégias que podem ser adotadas para fortalecer a gestão de riscos e garantir a sustentabilidade financeira das organizações.

Por fim, espera-se que a pesquisa demonstre a importância da educação financeira e da capacitação em gestão de riscos para os profissionais das empresas.

Os resultados podem destacar a necessidade de investimentos em formação e desenvolvimento de competências específicas para lidar com as complexidades e morosidades da gestão de riscos.

Em síntese, os resultados esperados desta pesquisa são amplos e abrangentes, buscando oferecer uma compreensão profunda e detalhada das lógicas institucionais e das práticas de provisões para riscos no contexto empresarial.

4.1 Resultados

O capítulo de resultados e discussão tem como objetivo apresentar os principais achados da pesquisa realizada, destacando os entendimentos dos gestores financeiros e especialistas em gestão de riscos sobre as provisões para riscos e as lógicas institucionais que influenciam essas práticas.

A pesquisa revelou que, embora existam normas comuns, as empresas apresentam variações significativas na interpretação e aplicação dessas orientações, influenciadas por fatores como o setor econômico em que operam, o tamanho da empresa e outros aspectos contextuais.

As entrevistas foram conduzidas com gestores financeiros e especialistas de 10 empresas selecionadas, enquanto a análise documental envolveu a revisão de relatórios anuais, políticas de gestão de riscos e demonstrações financeiras das empresas participantes.

Os resultados demonstraram que as empresas comumente navegam por múltiplas lógicas institucionais, equilibrando exigências regulatórias, expectativas de mercado e normas culturais ao tomar decisões sobre provisões para riscos.

A discussão dos resultados objetiva comparar os achados da pesquisa com a literatura existente, explorando como as práticas observadas se alinham ou divergem das teorias e modelos estabelecidos.

Ademais, serão analisadas as implicações dos resultados para a gestão de riscos e finanças corporativas, bem como as contribuições para a teoria das lógicas institucionais e para a prática empresarial.

4.2 Análise dos Resultados

A Tabela 1 apresenta as características das empresas entrevistadas, incluindo o setor, o tamanho, o cargo do entrevistado e o ano de fundação. A amostra abrange uma variedade de setores, refletindo a diversidade de práticas de provisões para riscos em diferentes contextos empresariais.

As empresas variam em tamanho, desde pequenas até grandes, permitindo uma análise abrangente de como as práticas de provisões podem diferir com base na escala das operações.

Os cargos dos entrevistados foram escolhidos para garantir que os participantes tivessem uma compreensão detalhada das práticas de gestão de riscos e provisões dentro de suas organizações.

Tabela 2: Práticas de Provisões para Riscos por Setor

Empresa	Setor	Tipo de Risco	Prática de Provisão Utilizada pela Empresa de Forma Individual	Lógica Predominante Institucional
Empresa A	Industrial	Operacional	Reserva financeira para cobrir possíveis perdas relacionadas a danos em equipamentos	Mercado
Empresa B	Financeiro	Financeiro	Reserva para cobrir possíveis perdas com inadimplência de clientes.	Mercado
Empresa C	Tecnologia	Cibernético	Reserva para cobrir custos relacionados à obsolescência de <i>software</i> ou <i>hardware</i> .	Mercado (Inovação)
Empresa D	Varejo	Legal	Reserva para cobrir perdas	Mercado

			com estoque danificado.	
Empresa E	Saúde	Clínico	Reserva para cobrir custos relacionados a ações judiciais ou reclamações de pacientes.	Profissional
Empresa F	Serviços	Reputacional	Reserva para cobrir custos com retrabalho ou reclamações de clientes.	Democracia (Ética)
Empresa G	Energia	Ambiental	Reserva para cobrir custos com manutenção e reparos em infraestruturas	Mercado
Empresa H	Telecomunicações	Tecnológico	Reserva para cobrir custos relacionados a falhas na rede e atendimento ao cliente.	Mercado (Inovação)
Empresa I	Educação	Operacional	Reserva para cobrir possíveis perdas financeiras devido à inadimplência de alunos.	Estado (Educacional)

Empresa J	Agropecuário	Climático	reserva para cobrir perdas devido a variações climáticas, como secas ou enchentes.	Mercado
------------------	--------------	-----------	------------------------------------------------------------------------------------	---------

Fonte: Autor (2024)

A Tabela 2 mostra as práticas de provisões para riscos por setor, detalhando o tipo de risco enfrentado, o método de provisão utilizado e a lógica institucional predominante que orienta essas práticas.

As empresas entrevistadas adotam uma variedade de métodos para lidar com diferentes tipos de riscos. A lógica institucional que prevalece em cada empresa reflete as prioridades e os valores organizacionais, influenciando diretamente suas estratégias de gestão de riscos.

Em cada empresa, as disposições para riscos são focadas em despesas relacionadas a eventos relacionados a sua atividade e que recebem denominações específicas:

- **Empresa A** (Industrial): despesas operacionais incluem disposições para falhas de máquinas, que têm impacto direto na produtividade.

O respondente, CFO (Chief Financial Officer) afirmou que:

Olha, nós nos baseamos bastante na avaliação de possíveis cenários de perdas futuras, especialmente com relação aos nossos equipamentos. Por exemplo, se uma máquina importante der problema, precisamos ter recursos já provisionados para manutenção ou substituição. Não dá para correr o risco de parar a linha de produção por falta de planejamento financeiro. Essa é uma prática essencial para garantir a continuidade do negócio.

A lógica de mercado parece ser a predominante quando do provisionamento, pois a empresa acredita que terá de repor equipamentos para continuar a prosperar.

- **Empresa B** (Financeiro): as provisões financeiras são para despesas com possíveis perdas com inadimplência.

O respondente, Gerente de Riscos, afirmou que:

Nós trabalhamos muito com provisões voltadas para cumprir obrigações legais e cobrir possíveis riscos de crédito. O foco é garantir que, caso aconteça alguma inadimplência, a empresa esteja preparada para absorver isso sem comprometer o caixa. Além disso, analisamos continuamente os contratos e os históricos financeiros dos nossos clientes para ajustar essas provisões de forma mais realista.

A lógica de mercado parece ser a abordagem predominante no processo de provisionamento, uma vez que a empresa acredita ser necessário repor as perdas financeiras para garantir a continuidade de seu crescimento e prosperidade.

- **Empresa C** (Tecnologia): iniciativas digitais para mitigar ataques de *hackers* e falhas de segurança em servidores críticos.

O respondente, Diretor de Financeiro, afirmou que:

A nossa maior preocupação é com a infraestrutura de segurança, porque riscos tecnológicos estão sempre à espreita. Então, fazemos provisões para prevenir problemas, como ataques cibernéticos ou falhas de sistema. Isso envolve não só investir em tecnologia, mas também ter reservas para corrigir rapidamente qualquer incidente e minimizar os impactos na operação.

A lógica de mercado (inovação) parece ser a principal abordagem no processo de provisionamento, já que a empresa acredita ser essencial manter seus sistemas atualizados para garantir seu crescimento e sucesso contínuos.

- **Empresa D** (Varejo): provisão para cobrir possíveis despesas com estoque danificado.

O respondente, Coordenador de Riscos, pontuou que:

As nossas provisões são voltadas principalmente para lidar com possíveis danos no estoque, algo que pode ocorrer por causa de problemas como falhas no armazenamento ou transporte. Trabalhamos com estimativas bem detalhadas para tentar minimizar o impacto financeiro disso. O objetivo é proteger a rentabilidade da empresa e garantir que a operação continue fluindo, mesmo se enfrentarmos algum imprevisto desse tipo.

A lógica de mercado parece ser a principal abordagem no processo de provisionamento, pois a empresa acredita ser essencial manter seus estoques para garantir seu crescimento e sucesso contínuo.

- **Empresa E (Saúde):** despesas médicas imprevistas e sinistros relacionados a ações de responsabilidade clínica.

O respondente, Chefe de Contabilidade, apontou que:

Na nossa área, imprevistos médicos e litígios são questões que precisam de atenção constante. Fazemos provisões baseadas em estimativas desses custos, considerando desde sinistros clínicos até processos judiciais que possam surgir. Isso nos ajuda a manter a estabilidade financeira da empresa e estar preparados para enfrentar contingências sem comprometer o equilíbrio das contas.

A lógica profissional parece ser a principal abordagem no provisionamento, pois visa garantir recursos para lidar com riscos imprevistos, assegurando a continuidade e a estabilidade financeira da empresa.

- **Empresa F (Serviços):** provisão estratégica para riscos de imagem e confiança, respondendo a possíveis crises de comunicação com clientes.

O respondente, Consultor de Gestão de Riscos, disse que:

O que mais nos preocupa são os impactos na imagem da empresa e na confiança dos nossos clientes. As provisões são feitas pensando nesses riscos, para que possamos reagir rapidamente a qualquer crise que afete a nossa reputação. Isso envolve desde investimentos em estratégias de comunicação até recursos para lidar com situações inesperadas que possam prejudicar nossa relação com o público.

A lógica democrática (ética) é a abordagem predominante no provisionamento, pois a empresa acredita ser fundamental agir de forma transparente e responsável, garantindo a integridade das relações com os clientes e a continuidade de suas operações.

- **Empresa G (Energia):** medidas para prevenir desastres ecológicos, como vazamentos de energia e seus impactos ambientais.

O respondente, Diretor de Auditoria Interna, disse o seguinte:

Para nós, as provisões estão diretamente ligadas aos custos de manutenção e reparo da infraestrutura, especialmente porque qualquer falha pode gerar impactos ambientais graves. Trabalhamos com estimativas detalhadas para nos antecipar a possíveis problemas e evitar desastres que comprometam tanto a operação quanto a nossa responsabilidade ambiental.

A lógica de mercado é a abordagem predominante no provisionamento, pois a empresa entende que investir na manutenção preventiva é essencial para minimizar riscos e garantir a continuidade das operações, protegendo sua reputação e atendendo às exigências ambientais.

- **Empresa H (Telecomunicações):** provisões para manutenção de infraestrutura e backup tecnológico.

O respondente, Analista Sênior de Riscos, afirmou que:

As nossas provisões são feitas com foco na manutenção da infraestrutura e na garantia da integridade dos sistemas. Isso inclui desde reparos preventivos até medidas para evitar quedas de serviço que possam afetar nossos clientes. Manter tudo em operação é uma prioridade estratégica para evitar prejuízos maiores.

A lógica de mercado (inovação) é a abordagem predominante no provisionamento, pois a empresa entende que investir continuamente em tecnologia e inovação é essencial para manter sua competitividade e garantir a qualidade do serviço a longo prazo.

- **Empresa I** (Educação): despesas operacionais, como reparos em instalações físicas, atualização de licenças educacionais e possíveis perdas financeiras devido à inadimplência.

O respondente, Gerente Financeiro, falou o seguinte:

As provisões aqui são baseadas em custos que vão desde a manutenção das instalações físicas até a renovação de licenças e a cobertura de perdas por inadimplência. Isso garante que possamos manter a qualidade dos serviços oferecidos e evitar qualquer interrupção nas atividades educacionais.

A lógica de estado (educacional) é a abordagem predominante no provisionamento, pois a empresa entende que é fundamental garantir um ambiente educacional seguro, acessível e em conformidade com as regulamentações, visando o bem-estar dos alunos e a sustentabilidade das operações.

- **Empresa J** (Agropecuário): provisões climáticas para lidar com condições adversas que afetam a produção.

O respondente, *Controller*, afirmou que:

No nosso caso, o foco das provisões é nos impactos climáticos adversos. Trabalhamos com previsões de eventos como secas e tempestades, que podem afetar diretamente a produção. Essas provisões ajudam a minimizar os prejuízos e a manter o fluxo das operações, mesmo em situações de adversidade climática.

A lógica de mercado é a abordagem predominante no provisionamento, pois a empresa entende que, para manter sua competitividade e garantir a continuidade da produção, é essencial estar preparada para os riscos climáticos, investindo em soluções que minimizem os impactos e assegurem a sustentabilidade a longo prazo.

Após uma análise das informações coletadas nas 10 empresas, constatou-se que tipos de riscos variam significativamente, conforme o setor em que cada organização atua.

As despesas incluídas nas provisões não se limitam a passivos financeiros abstratos, mas refletem questões cotidianas com as quais os gestores precisam lidar de forma constante, esquadrinhando as implicações de cada escolha financeira. A seguir, esmiuçam-se as principais categorias de despesas e o que elas demonstram em termos práticos para as organizações:

Despesas operacionais: observa-se que a empresa A (Industrial) destina parte de suas provisões para cobrir possíveis perdas com danos em equipamentos.

Essas reservas abrangem dispêndio financeiro para consertos e reparos em equipamentos.

Despesas financeiras: observa-se que a empresa B (Financeiro) destina parte de suas provisões para cobrir possíveis perdas com inadimplência.

Essas reservas abrangem dispêndio financeiro para possíveis perdas com inadimplência.

Despesas com iniciativas digitais: observa-se que a empresa C (Tecnologia) destina parte de suas provisões para cobrir custos relacionados à obsolescência de *software* ou *hardware*.

Essas reservas incluem gastos para prevenir ataques cibernéticos e falhas de segurança em servidores.

A despeito das incertezas econômicas, empresas confirmam que a falta de investimentos preventivos em cibersegurança pode provocar danos imensuráveis à sua confiança e à confiança de seus clientes (BATTILANA; DORADO, 2010).

Despesas com questões legais: observa-se que a empresa D (Varejo) destina parte de suas provisões para cobrir possíveis perdas com estoque.

Essas reservas incluem gastos para cobrir perdas com estoque danificado.

Despesas médicas: observa-se que a empresa E (Saúde) destina parte de suas provisões para cobrir possíveis perdas relacionadas com ações judiciais ou reclamações de pacientes.

Essas reservas incluem gastos com possíveis reclamações e processos legais.

Despesas estratégicas: observa-se que a empresa F (Serviços) destina parte de suas provisões para cobrir possíveis perdas relacionadas com a imagem, confiança, retrabalho e reclamações de clientes.

Essas reservas abrangem despesas relacionadas a eventuais reclamações de clientes.

Despesas para manutenção e reparo: observa-se que a empresa G (Energia) destina parte de suas provisões para cobrir possíveis perdas relacionadas a desastres ecológicos.

Essas reservas contemplam despesas com manutenção destinada a prevenir eventuais desastres ecológicos.

Despesas para manutenção e infraestrutura: observa-se que a empresa H (Telecomunicações) destina parte de suas provisões para cobrir possíveis perdas relacionadas a falhas na rede de atendimento ao cliente.

Essas reservas contemplam despesas com infraestrutura.

Despesas operacionais: observa-se que a empresa I (Educação) destina parte de suas provisões para cobrir possíveis perdas relacionadas a manutenção de instalações físicas e perdas financeiras devido à inadimplência.

Essas reservas abrangem despesas relacionadas a inadimplência de alunos, licenças educacionais e reparos em instalações físicas.

Despesas para riscos climáticos: observa-se que a empresa J (Agropecuário) destina parte de suas provisões para cobrir possíveis perdas devido a variações climáticas.

Essas reservas contemplam despesas destinadas a mitigar os impactos de condições adversas que possam afetar a produção.

O provisionamento apresentado para riscos ambientais é fundamentado pelo fato de a empresa atuar em áreas extremamente suscetíveis a variações climáticas e pressões regulatórias, o que exige um olhar atento para evitar prejuízos irreversíveis (LINO; AQUINO, 2020).

5 Discussão dos Resultados

Ao examinar os resultados obtidos, é evidente que as lógicas institucionais desempenham uma atuação significativa no modo como as empresas gerenciam suas provisões para riscos.

Os resultados obtidos evidenciam que a definição de despesas nas provisões para riscos está, intrinsecamente, vinculada às lógicas institucionais predominantes em diferentes setores empresariais. Essa conexão reflete não apenas as normativas contábeis e regulatórias aplicáveis, mas também as estratégias empresariais que buscam adequar-se as disposições às demandas do mercado e às expectativas dos *stakeholders*.

A pesquisa revelou que as empresas frequentemente utilizam provisões para riscos como uma ferramenta estratégica, influenciadas por múltiplas lógicas institucionais. Por exemplo, em setores fortemente regulamentados, como o financeiro, a lógica regulatória orienta práticas mais conservadoras, priorizando a conformidade com normas e a minimização de riscos legais. Por outro lado, em setores mais dinâmicos, como o de tecnologia, prevalece uma lógica de mercado e inovação, permitindo maior flexibilidade e adaptação às mudanças rápidas do ambiente competitivo sendo, assim, uma abordagem mais otimista.

Nas empresas do setor de serviços, por exemplo, são demonstradas uma ênfase na lógica ética e na gestão de riscos reputacionais, enquanto no setor agropecuário a lógica de mercado predomina, com foco em disposições relacionadas às adversidades climáticas.

Essas descobertas reforçam o papel central das lógicas institucionais na criação de sentido no campo das finanças, corroborando a teoria de Thornton e Ocasio (1999).

Conforme destacado por Thornton e Ocasio (1999), as lógicas institucionais moldam os padrões de práticas e crenças dentro das próprias organizações.

Este estudo corrobora tal assertiva, evidenciando que empresas de diferentes setores operam sob distintas lógicas institucionais.

Em diversas empresas entrevistadas, as práticas de provisões para riscos refletem uma adesão às normas regulamentares, além de valores culturais e éticos, o que está alinhado com as observações de Friedland e Alford (1991) sobre a coexistência de lógicas conflitantes.

Ainda em consonância com a literatura, Goodrick e Reay (2011) discorrem sobre a coexistência de múltiplas lógicas institucionais e suas interações competitivas ou cooperativas.

Esta pesquisa revela que, em muitos casos, as empresas utilizam uma abordagem híbrida, combinando diferentes lógicas para formar um quadro estratégico robusto que suporte tanto a conformidade quanto a inovação (LINO; AQUINO, 2020).

Essa combinação de lógicas é vista especialmente em setores onde a flexibilidade e a capacidade de adaptação são cruciais para a sobrevivência, como na indústria de tecnologia e nas empresas de energia.

Esta constatação acrescenta uma dimensão nova à discussão sobre a adaptação e transformação das lógicas institucionais (BATTILANA; DORADO, 2010).

Outro ponto que se destaca ao comparar os achados com a literatura existente é a maneira como as práticas de gestão de riscos evoluem dentro de lógicas institucionais distintas.

Lok (2010) argumenta que as identidades organizacionais podem ser ajustadas para mitigar tensões entre lógicas concorrentes. Na perspectiva deste estudo, essa adaptação é claramente visível nas entrevistas com gestores financeiros que, frequentemente, aludem à necessidade de equilibrar as exigências regulatórias com a pressão para inovar.

As respostas indicam que a identidade organizacional e a lógica predominante são, frequentemente, ajustadas para responder às mudanças ambientais, um processo que Alford e Friedland (1985) descreveram como intrínseco à dinâmica institucional.

Por fim, é relevante ressaltar que, embora as manobras empresariais existam, na pesquisa realizada, nenhuma das empresas entrevistadas demonstrou de forma clara a utilização dessas práticas.

5.1.1 Implicações dos Resultados

Os resultados deste estudo têm várias implicações práticas para a gestão de riscos e a elaboração de provisões nas empresas. É interessante lembrar das palavras de Lino (2019, p. 63):

A evidência de que diferentes empresas adotam lógicas institucionais diversas sugere que não existe uma abordagem única para a gestão de riscos, o que implica na necessidade de flexibilidade e adaptabilidade por parte dos gestores.

Esta variedade de abordagens implica que os gestores devem ser capazes de esquadrinhar as necessidades específicas de sua organização e adaptar suas estratégias de acordo.

Ademais, os resultados também sugerem que a capacidade de uma empresa em integrar múltiplas lógicas institucionais pode ser um indicador de sua resiliência e adaptabilidade.

Tal como defendem Gonçalves, Fregonesi e Moreira (2020), as empresas que conseguem combinar diferentes lógicas, como sustentabilidade e inovação, frequentemente exibem maior capacidade de resposta a mudanças ambientais e de mercado.

Isso reforça a importância de uma gestão estratégica que valorize a diversidade de pensamentos e práticas dentro da organização, possibilitando que ela usufrua de uma base de conhecimento mais rica e flexível (PEREIRA, 2010).

Esta habilidade de integrar diferentes lógicas pode ser especialmente relevante em tempos de crise, quando a capacidade de adaptação é,

frequentemente, a diferença entre o sucesso e o fracasso (FAVERO; GUIMARÃES, 2019).

Outro aspecto importante que emerge dos resultados é a necessidade de uma abordagem integrada à gestão de riscos (LINO, 2019). Os achados sugerem que a fragmentação das responsabilidades pela gestão de riscos pode resultar em lacunas de comunicação e falhas na implementação de estratégias de mitigação.

Isso implica que os gestores devem considerar a adoção de um modelo mais integrado, no qual os riscos são geridos de forma holística, levando em consideração todas as partes interessadas e os impactos potenciais sobre a organização como um todo.

Esta abordagem integrada pode ajudar a evitar a duplicação de esforços e a garantir que todos os riscos relevantes sejam identificados e geridos adequadamente.

5.1.2 Limitações do Estudo

Apesar das contribuições deste estudo para o campo da gestão de riscos e das lógicas institucionais, é necessário reconhecer algumas limitações que podem influenciar a interpretação dos resultados.

A amostra de empresas entrevistadas, embora diversificada em termos de setores e tamanhos, é relativamente pequena. Isso pode limitar a generalização dos resultados para todas as empresas, especialmente em setores não representados na amostra. Estudos futuros poderiam ampliar a amostra para incluir uma gama mais ampla de empresas, permitindo uma análise mais representativa e robusta (PEREIRA, 2010).

Além disso, a pesquisa se baseou em grande parte em entrevistas qualitativas e análise documental, o que, embora forneça subsídios profundos e detalhados, também pode introduzir vieses relacionados às percepções dos entrevistados e à interpretação dos dados. Por exemplo, as respostas dos gestores podem ser influenciadas por suas próprias experiências e opiniões

pessoais, o que pode não refletir necessariamente as práticas ou políticas organizacionais formais.

Para diminuir esses vieses, pesquisas futuras poderiam combinar métodos qualitativos e quantitativos, usando, por sinal, inquéritos estruturados para complementar os dados qualitativos e proporcionar uma visão mais abrangente.

Outra limitação diz respeito ao contexto geográfico e cultural do estudo. As empresas analisadas estão localizadas no Brasil, o que pode influenciar os resultados devido a fatores culturais e regulatórios específicos desse país.

Conforme Favero e Guimarães (2019), a lógica institucional e as práticas de gestão de riscos podem variar significativamente em diferentes contextos culturais e jurídicos. Estudos comparativos em diferentes regiões ou países poderiam fornecer uma perspectiva mais global sobre como as lógicas institucionais influenciam a gestão de riscos e as provisões (LINO, 2019).

Em suma, os resultados deste estudo contribuem para uma compreensão mais profunda de como as lógicas institucionais influenciam a gestão de riscos e as provisões em diferentes contextos empresariais.

A comparação com a literatura existente destaca a complexidade e a diversidade dessas práticas, reforçando a necessidade de uma abordagem flexível e adaptativa na gestão de riscos.

As implicações práticas sugerem que os gestores devem estar preparados para integrar múltiplas lógicas institucionais e adotar uma visão holística para a gestão de riscos, considerando não apenas os requisitos regulatórios, mas também os valores culturais e éticos que permeiam suas organizações.

As limitações do estudo, por sua vez, apontam para a necessidade de pesquisas futuras que possam ampliar e aprofundar o entendimento dessas questões.

Ao esmiuçar os resultados e considerar as suas implicações, este estudo espera contribuir para o avanço do conhecimento na área de gestão de riscos e

finanças, oferecendo uma base sólida para que os gestores possam desenvolver estratégias mais eficazes e sustentáveis.

Em última análise, o trabalho enfatiza a importância de uma compreensão contextual e adaptativa das lógicas institucionais e suas influências sobre as práticas organizacionais, propiciando um roteiro valioso para futuras investigações e aprimoramentos práticos.

6 Conclusão

A pesquisa revelou uma diversidade significativa nas lógicas institucionais que orientam as práticas de provisões para riscos entre as empresas entrevistadas.

Foi identificado que as empresas operam sob diferentes lógicas institucionais.

Essa diversidade sugere que as práticas de provisões para riscos não são homogêneas e são influenciadas pelo contexto institucional específico de cada organização.

Esse achado confirma a literatura que discute a coexistência e a interação de múltiplas lógicas institucionais nas organizações (GONÇALVES; FREGONESI; MOREIRA, 2020). Os resultados indicam que as lógicas institucionais têm uma influência significativa na forma como as empresas gerenciam seus riscos.

Por exemplo, empresas que seguem uma lógica regulatória tendem a priorizar o cumprimento das normas e regulamentações, o que se reflete em suas práticas de provisões para riscos mais conservadoras e detalhadas (JUNIOR, 2020).

Por outro lado, empresas que operam sob uma lógica de inovação mostram maior flexibilidade e adaptação nas suas estratégias de gestão de riscos, enfatizando a experimentação e a aprendizagem contínua (COTRIM; RYNGELBLUM, 2023).

Um dos principais achados deste estudo é a capacidade de algumas empresas de integrar múltiplas lógicas institucionais em suas práticas de provisões para riscos.

Esta integração permite que as empresas combinem a conformidade regulatória com a inovação, resultando em estratégias de gestão de riscos que são tanto eficazes quanto adaptáveis às mudanças no ambiente externo.

Esse achado destaca a importância da flexibilidade organizacional e a capacidade de equilibrar diferentes demandas institucionais (SELL; LAVARDA, 2024).

A pesquisa identificou vários desafios enfrentados pelas empresas na implementação de provisões para riscos, incluindo a complexidade das modelagens financeiras, as mudanças constantes nas regulamentações e as dificuldades em prever riscos emergentes, como ameaças cibernéticas e mudanças climáticas.

Esses desafios refletem a necessidade de uma abordagem mais dinâmica e integrada para a gestão de riscos, que combine tanto a avaliação qualitativa quanto quantitativa.

Outro achado importante é a atuação da cultura organizacional na definição das práticas de gestão de riscos. Bueno, Kruly e Dos Santos (2024) realçam que empresas com uma cultura organizacional que valoriza a transparência e a comunicação aberta tendem a ser mais proativas na identificação e mitigação de riscos.

Por outro lado, culturas organizacionais que enfatizam a conformidade estrita podem focar excessivamente nas regulamentações, possivelmente negligenciando riscos emergentes que não são cobertos pelas normas vigentes (COTRIM, 2021).

Os resultados mostram que práticas eficazes de provisões para riscos protegem as empresas contra perdas financeiras, além de também contribuírem para a sustentabilidade a longo prazo.

Instituições que adotam uma abordagem holística para a gestão de riscos, considerando fatores ambientais, sociais e de governança (ESG), tendem a estar mais bem posicionadas para enfrentar crises e capitalizar oportunidades (COTRIM, 2021).

Isso enfatiza a importância de uma abordagem sustentável na gestão de riscos, alinhando interesses financeiros e sociais. A comparação dos achados com a literatura existente confirma muitos dos pontos discutidos anteriormente, mas também revela novas dimensões.

Por exemplo, enquanto a literatura enfatiza a coexistência de lógicas institucionais, este estudo mostra como as empresas coexistem e integramativamente múltiplas lógicas para criar estratégias de gestão de riscos mais resilientes.

Indubitavelmente, este é um avanço significativo na compreensão de como as lógicas institucionais influenciam as práticas empresariais no contexto de gestão de riscos.

O estudo indica que não há uma abordagem única ou padronizada para a gestão de provisões para riscos. Em vez disso, as empresas precisam adotar abordagens customizadas que levem em conta suas características específicas, como tamanho, setor e contexto regulatório.

Esta flexibilidade é fundamental para responder eficazmente às mudanças no ambiente de negócios e às novas ameaças que surgem continuamente (AYRES; SAUERBRONN; FONSECA, 2022).

Os resultados também destacam a importância da formação contínua e da capacitação dos profissionais de gestão de riscos. Teixeira (2015, p. 04) diz que “a habilidade de identificar, avaliar e mitigar riscos é essencial para a eficácia das provisões para riscos”.

A pesquisa sugere que as organizações que investem em formação e desenvolvimento de seus gestores financeiros estão mais bem equipadas para enfrentar desafios morosos e para adaptar suas estratégias às necessidades em constante evolução.

Em conclusão, este estudo concede contribuições significativas tanto para a teoria quanto para a prática da gestão de riscos e provisões. Ao explorar como diferentes lógicas institucionais influenciam as práticas empresariais, o estudo oferece uma nova perspectiva sobre a complexidade da gestão de riscos em contextos empresariais diversificados.

Para a prática, os achados sugerem que uma abordagem flexível, integrada e baseada em múltiplas lógicas pode ser mais eficaz para enfrentar os desafios atuais e futuros na gestão de riscos.

As empresas não mencionaram se aplicam alguma forma de manobra, mas sabe-se que manobras existem e podem ser utilizadas a critério de cada empresa de forma individual, sejam elas otimistas ou conservadoras.

6.1.1 Recomendações para futuras pesquisas

Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem a amostra para incluir uma gama mais ampla de setores e regiões geográficas. Este estudo concentrou-se em empresas de diversos setores no Brasil, porém, a inclusão de empresas de outros países e contextos culturais poderia conceder uma perspectiva mais global sobre as práticas de provisões para riscos.

Adicionalmente, a ampliação para setores não abordados neste estudo, como o setor público ou organizações sem fins lucrativos, poderia enriquecer a compreensão de como diferentes tipos de instituições gerenciam riscos e se adaptam a lógicas institucionais distintas (GONÇALVES; FREGONESI; MOREIRA, 2020).

Embora este estudo tenha adotado uma abordagem qualitativa para aprofundar o entendimento das práticas de provisões para riscos e das lógicas institucionais, futuros estudos poderiam incorporar métodos quantitativos para complementar esses achados. Por exemplo, inquéritos estruturados com uma amostra maior de empresas poderiam fornecer dados estatisticamente significativos sobre as práticas de gestão de riscos e possibilitar comparações mais robustas entre diferentes grupos.

Análises quantitativas poderiam também explorar a relação entre práticas de provisões para riscos e desempenho financeiro das empresas, corroborando para uma compreensão mais abrangente do impacto dessas práticas (AYRES; SAUERBRONN; FONSECA, 2022).

Outra recomendação é a realização de estudos longitudinais que acompanhem as práticas de provisões para riscos e as lógicas institucionais ao longo do tempo. De acordo com Bueno, Kruly e Dos Santos (2024), esses tipos de estudos tornariam possível averiguar como essas práticas evoluem em

resposta a mudanças no ambiente regulatório, econômico e tecnológico, bem como a crises e eventos inesperados.

Estudos longitudinais poderiam propor descobertas valiosas sobre a adaptabilidade das empresas e a resiliência de suas estratégias de gestão de riscos, além de identificar tendências e padrões emergentes na gestão de riscos.

Futuras pesquisas também poderiam se concentrar em esmiuçar mais detalhadamente as interações entre diferentes lógicas institucionais e como essas interações influenciam as práticas empresariais.

Este estudo identificou que empresas, frequentemente, operam sob múltiplas lógicas institucionais, mas a natureza exata dessas interações e suas implicações para a gestão de riscos merecem investigação adicional.

Pesquisas que exploram essas interações de modo mais profundo poderiam ajudar a identificar melhores práticas para integrar lógicas conflitantes e aproveitar as sinergias entre elas, auxiliando na estruturação de estratégias de gestão de riscos mais eficazes e flexíveis.

7 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, D.; FARIA, J. C. **O reconhecimento da contingência nas demonstrações contábeis: provisão x reserva.** In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13., 2009, São José dos Campos. Anais... São José dos Campos: UNIVAP, 2011. v. 6.
- ALMEIDA, A. F.; SANTOS, R. F. (2019). **Gestão de Provisões: Teorias e Práticas Contábeis.** São Paulo: Editora Saraiva.
- ALMEIDA, J. E. F.; LOPES, A. B.; CORRAR, L. J. Gerenciamento de resultados para sustentar a expectativa do mercado de capitais: impactos no índice market-to-book. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 1, p. 44-62, 2011.
- AMADEU, João Ricardo *et al.* **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular.** 2009.
- ARAÚJO, A. M. H. B. *et al.* (2018). A ciclicidade da provisão para créditos de liquidação duvidosa sob três diferentes modelos contábeis: Reino Unido, Espanha e Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, 29(76), 97-113.
- ARAÚJO, Artur; GOMES, Anailson Marcio. Gestão de riscos no setor público: desafios na adoção pelas universidades federais brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 32, p. 241-254, 2021.
- ARECO, Lorena Torres; FOGAÇA, Diego Rorato. **Análise da cultura organizacional de uma empresa de gestão de riscos utilizando o competing values framework.** In: V. 4, N. 4: IV SIMPÓSIO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 2022.
- ASSI, Marcos. **Gestão de riscos com controles internos.** Saint Paul Editora, 2021.
- AYRES, Rosângela Mesquita; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras; FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte da. Profissional de contabilidade e denúncia: uma tipologia de influência de lógicas institucionais. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 33, p. 248-264, 2022.
- BALDOINO, Eduardo; BORBA, José Alonso. “Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras” **Revista de Contabilidade e Organizações** 23 (2015) 58-81.
- BAPTISTA, E. M. B. Teoria em gerenciamento de resultados. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 3, n. 2, p. 5-20, 2009a.
- BERTELS, Stephanie; LAWRENCE, Thomas B. Organizational responses to institutional complexity stemming from emerging logics: The role of individuals. **Strategic Organization**, v. 14, n. 4, p. 336-372, 2016.
- BORGES, L. A. (2021). **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática.** São Paulo: Editora Saraiva.

BRANCO, Adriel Martins de Freitas. **Sustentabilidade financeira empresarial no Brasil.** 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. **Administração financeira: teoria e prática.** Cengage learning, 2023.

BUENO, Daniela Ferreira; KRULY, Lais Beatriz; DOS SANTOS, Edicreia Andrade. Lógicas institucionais em estudos organizacionais: o que mostram as pesquisas nacionais? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 23, n. 1, p. 113-133, 2024.

CAMPOS, Daniella; DOS REIS CARREIRO, Flavia. **Compliance e gestão de riscos em tempos de inovação e disruptão digital** Compliance and risk management in times of innovation and digital disruption Cumplimiento y gestión de riesgos en tiempos de innovación y disruptión digital. 2023.

CARVALHO Borges, Bárbara; ROVER, Suliani. “**Os ciclos econômicos influenciam a relevância das provisões e passivos contingentes? Um estudo das companhias brasileiras de capital aberto**” (2022).

CAVALCANTE, Douglas Marques de Abreu. “**provisões e passivos contingentes nas empresas do setor de mineração listadas na B3: uma análise das demonstrações contábeis pré e pós desastre de mariana, de 2012 a 2019.**” (2023)

COHEN, D. (2020). **Contabilidade: Teoria e Prática.** 10. ed. São Paulo: Atlas.

CORSO, Kathiane Benedetti et al. **Aplicação de inteligência estratégica antecipativa e coletiva: Inovando a tomada de decisão estratégica a partir da aprendizagem e criação de sentido.** REGE-Revista de Gestão, v. 21, n. 2, p. 199-217, 2014.

COSTA, Mayla Cristina; GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo; GONÇALVES, Sandro Aparecido. **Lógicas institucionais e formação da governança de recursos hídricos: análise do caso brasileiro.** Revista Gestão Organizacional, v. 6, n. 4, 2013.

COTRIM, ROSANA RAMOS. **INFLUÊNCIAS DAS LÓGICAS INSTITUCIONAIS NA FORMULAÇÃO DE REGRAS PARA AS AQUISIÇÕES.** 2021. Tese de Doutorado. Universidade Paulista.

COTRIM, Rosana Ramos; RYNGELBLUM, Arnaldo L. A regulamentação da nova lei de licitações: Definição da lógica institucional prevalente em um campo. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 27, p. e220078, 2023.

CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_25.pdf>

DA SILVA, Beatriz Negrelli; ABBAS, Katia; CRUBELLATE, João Marcelo. **Lógicas Institucionais na Mensuração e Gestão de Custos em Hospitais Acreditados.** Contabilidade Gestão e Governança, v. 24, n. 3, p. 349-369, 2021.

DA SILVA, Vanessa Almeida; SCHERER, Flavia Luciane; PIVETTA, Natália Pavanelo. **Práticas Empresariais e o Efeito Greenwash: Uma Análise no Contexto Beauty Care.** ReMark-Revista Brasileira de Marketing, v. 17, n. 4, p. 502-519, 2018.

DE ALMEIDA FERNANDES, Miriane; MEIRELES, Manuel. **Justificativa e proposta de indicador de sustentabilidade financeira.** Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 10, n. 20, p. 75-95, 2013.

DE ALMEIDA, Julio Cesar; DE OLIVEIRA SILVA, Reidene. **A importância da educação financeira, para a sustentabilidade de pequenos negócios.** REVICOOP, v. 5, 2024.

DE CASTRO, Jéssica. **O caráter científico das finanças sob a ótica epistemológica.** Revista Capital Científico-Volume, v. 17, n. 2, 2019.

DE FREITAS, Maria Ester. **Contexto, políticas públicas e práticas empresariais no tratamento da diversidade no Brasil.** Revista Interdisciplinar de gestão social, v. 4, n. 3, 2015.

DE MOURA SOUSA, Fábio. **Gestão de Riscos.** REVISTA da Secretaria de Economia e Finanças do Exército-SEF, v. 1, p. 8-18, 2018.

DE OLIVEIRA, Daniele Melo. **Gestão de Riscos.** 2024.

DE OLIVEIRA, Emmanuel Nunes; MARTINS, João Henrique. **Globalização e mercados transnacionais ilícitos na América Latina.** Conexão Política, v. 3, n. 2, p. 11-26, 2014.

DE SOUZA BISPO, Marcelo. **Ensaiando sobre o velho e falso dilema entre teoria e prática.** Teoria e Prática em Administração, v. 11, n. 2, p. 174-178, 2021.

DE SOUZA, Rodrigo Silva; DIAS FILHO, José Maria. **Aspectos comportamentais na gestão de riscos operacionais: um estudo empírico em agências de fomento financeiras brasileiras.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2010.

DELOITTE. (2021). **Global Risk Management Survey.** Deloitte Insights.

ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolocci et al. **Uma análise crítico-reflexiva da compreensão da adoção dos artefatos de contabilidade gerencial sob uma lente alternativa à contribuição de abordagens organizacionais.** Revista de Contabilidade e Organizações, v. 3, n. 5, p. 25-43, 2009.

EUGENIO, Teresa. “**Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes, que desafios na sua contabilização?**” 2012.

FAGUNDES, Marcus Vinicius Carvalho et al. **Projeto de desenvolvimento de modelo de inteligência artificial para gestão de riscos da cadeia de suprimentos de energia.** 2023.

FANTINATO, Marcelo. **Métodos de pesquisa.** São Paulo: USP, 2015.

FAVERO, Marcela Bortotti; GUIMARÃES, Amanda Ferreira. **Lógicas institucionais: um estudo em uma organização privada de ensino superior do Sul do Brasil.** **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 150-166, 2019.

FRIEDLAND R. **Book review: Patricia H. Thornton, William Ocasio & Michael Lounsbury (2012) The Institutional Logics Perspective: A New Approach to Culture, Structure, and Process.** M@n@gement, 15(5), 582–595. 2012.

FRIEDLAND, R., & ALFORD, R. R. **Bringing society back in: symbols, practices, and institutional contradictions.** In Powell, W. W., & DiMaggio, P. J. (Eds.). (1991). The New Institutionalism in Organizational Analysis (pp. 232-263). Chicago: The University of Chicago Press.

FRIEDLAND, R. **The value of institutional logics.** In Krücken, G., Mazza, C., Meyer, R. E., & Walgenbach, P. (Eds.). New Themes in Institutional Analysis: Topics and Issues from European Research (pp. 12-50). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Limited. <https://doi.org/10.4337/9781784716875.00006>. 2017.

GIOIA, Dennis A.; CHITTIPEDDI, Kumar. Sensemaking and sensegiving in strategic change initiation. **Strategic management journal**, v. 12, n. 6, p. 433-448, 1991.

GONÇALVES, Rosana Carmen de Meiroz Grillo; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral; MOREIRA, Vanessa Berlato. Respostas a lógicas institucionais conflitantes: um estudo da participação nos lucros e resultados. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 92, p. 70-94, 2020.

GEHMAN, J., LOUNSBURY, M., & GREENWOOD, R. **How institutions matter: from the micro foundations of institutional impacts to the macro consequences of institutional arrangements.** In Gehman, J., Lounsbury, M., & Greenwood, R. (Eds.). How Institutions Matter! (Research in the Sociology of Organizations, Vol. 48 Part A) (pp. 1-34). Emerald Group Publishing Limited, Bingley. <https://doi.org/10.1108/S0733-558X201600048A002>. 2016

HAVEMAN, H. A., JOSEPH-GOTEINER, D., & Li, D. (2023). Institutional logics: motivating action and overcoming resistance to change. **Management and Organization Review**, 19(6), 1152–1177. <https://doi.org/10.1017/mor.2023.22>

GALVÃO, Alexandre. **Finanças corporativas: teoria e prática empresarial no Brasil.** Elsevier, 2008.

GIAMBIAGI, Fabio; ALEM, Ana; PINTO, Sol Garson Braule. **Finanças públicas.** Elsevier Brasil, 2017.

GONÇALVES, Ana Paula Roncáglio Heinig *et al.* **Constitucionalismo e globalização no contexto transnacional.** 2014.

JUNIOR, Vitor Hugo Klein. Gestão de riscos no setor público brasileiro: uma nova lógica de accountability? **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 14, p. e163964-e163964, 2020.

JUNIOR, William Eid. **A disciplina abordará temas contemporâneos relacionados às finanças corporativas: avaliação de empresas; fusões e aquisições; geração e gestão do valor; gestão de riscos; e finanças comportamentais.** 2024.

KIMURA, Herbert; PERERA, Luiz Carlos Jacob. **Modelo de otimização da gestão de risco em empresas não financeiras.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 16, p. 59-72, 2005.

LIMA, A. R.; FREITAS, M. A. (2021). **Contabilidade de Garantias: Práticas e Desafios.** São Paulo: Editora Atlas.

LINO, André Feliciano; AQUINO, André Carlos Busanelli. Lógicas institucionais conflitantes e a independência de Tribunais de Contas. In: **USP International Conference in Accounting**. 2020.

LINO, André Feliciano. **As lógicas conflitantes no tribunal de contas e o enfraquecimento de sua relevância social**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

LOPES, Iago Franca; BEUREN, Ilse Maria; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. Associação da evidenciação do gerenciamento de riscos com governança corporativa e desempenho em empresas com ADRs. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 9, n. 1, p. 5-21, 2021.

LOSEKANN, Vanderleia Leal; PEREIRA, Ricardo; LEHNHART, Eliete dos Reis. “**impacto esperado sobre o patrimônio líquido de reavaliações de provisões para contingências, de remota para possível e de possível para provável**”. Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador-Bahia. V. 12, N. 1, Pág. 250-270, jan-abr 2018.

LUDICIBUS, E., et al. (2017). **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. São Paulo: Saraiva.

MAITLIS, Sally; CHRISTIANSON, Marlys. Sensemaking in organizations: Taking stock and moving forward. **Academy of management annals**, v. 8, n. 1, p. 57-125, 2014.

MARION, J. C. (2019). **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas.

MARQUIS, Bessie L.; HUSTON, Carol J. **Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática**. Artmed editora, 2015.

MARTIN, Nilton Cano; SANTOS, Lílian Regina dos; DIAS FILHO, José Maria. **Governança empresarial, riscos e controles internos: a emergência de um novo modelo de controladoria**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 15, p. 07-22, 2004.

MELO, Janilene Vasconcelos de. Processos de sensemaking e sensegiving para stakeholders internos e externos: o caso do PROMOEX no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. 2013.

MEYER JR, Victor. **A prática da administração universitária: contribuições para a teoria**. Universidade em Debate, n. 2, 2021.

MCKINSEY. (2022). **The Future of Work: Adapting to New Realities**. McKinsey Insights.

NASSAR, Paulo André Silva; DIAS, Vitor Martins. **Regulação financeira transnacional: superando a crise dos derivativos financeiros**. 2013.

OLIVEIRA, J. (2007). O relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português. **Contabilidade e Gestão: Portuguese Journal of Accounting and Management**, (4), 19-66.

OLIVEIRA Nascimento, Natália; GOMES Barros Cintra, Denise “**Abordagem sobre a abrangência das IFRS: a viabilidade da adoção do CPC 25 nas**

demonstrações contábeis das micro e pequenas empresas". (Volume 6, Número 02, 2023).

PEITER, Sandra Laci. A RESSIGNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO. 2023.

PELEIAS, Ivam Ricardo *et al.* **Pesquisa sobre a percepção dos gestores de uma rede de empresas distribuidoras de um fabricante de autopeças sobre controles internos e gestão de riscos.** Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 7, n. 1, p. 06-28, 2017.

PEREIRA, Anísio Cândido. "A Mensuração dos Passivos Ocultos: Um Desafio Para a Contabilidade" IX Congresso Brasileiro de Custos – São Paulo, SP, Brasil, 13 a 15 de outubro de 2002.

PEREIRA, Luís Filipe Raposo. Avaliação e Gestão de Riscos, reflexão: nova lógica conservativa e enquadramento nos modelos de Gestão das Organizações. **Conservar Património**, n. 11, p. 71-79, 2010.

PINHO, Carlos *et al.* Risco **Financeiro-Medida e Gestão.** Lisboa: Edições Sílabo, p. 16-17, 2011.

REIS, Nicole Kesley Vasconcelos. **Educação financeira e pequenos negócios: um foco no gestor.** 2021.

RESENDE, António Sérgio Almeida. **A Gestão de Riscos de Negócio: Uma Abordagem para Aplicação na Gestão Comportamental nas Organizações.** 2011. Dissertação de Mestrado. Instituto Politecnico do Porto (Portugal).

RISCO, Homem E.; DO ORÁCULO, À. **Mestrado em finanças e economia empresarial.** 2006.

RODRIGUES, Alan; LAVARDA, Rosalia Aldraci Barbosa. MIDDLE MANAGERE FORMAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA OPEN STRATEGIZING. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 17, n. 3, p. 176-197, 2023.

SANTOS, José Glauber Cavalcante dos; COELHO, Antonio Carlos. Value-relevance do disclosure: fatores e gestão de riscos em firmas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 29, p. 390-404, 2018.

SANTOS, Marcelo Chapper dos *et al.* **Utilizando as finanças comportamentais para promover o desenvolvimento econômico: a criação e aplicação de um novo axioma comportamental.** 2006.

SANTOS, Pedro Henrique de Sousa. **Gerenciamento de riscos no setor público: um estudo de caso na Secretaria de Finanças do município de Fortaleza.** 2022.

SCARPIN, Jorge Eduardo; MACOHON, Edson Roberto; DALLABONA, Lara Fabiana. "Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA". **Revista de Contabilidade e Organizações** 22 (2014) 3-14.

SEABRA, Jorge Miguel Zenha. **Gestão do risco financeiro.** 2013. Dissertação de Mestrado. FEUC.

SELL, Filipy Furtado; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. Lógica institucional híbrida e os outputs do sistema de controle gerencial impulsionados para transparência, disponibilidade informacional e prestação de contas. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 23, n. 1, p. 134-162, 2024.

SETTINGS CONSULTORIA. **Você sabe o que é Gestão de Riscos?** <<https://setting.com.br/riscos-compliance/o-que-e-gestao-de-riscos/>>. Acesso em: 02/09/2024.

SILVA, Belchior Flávio. “**Planejamento da Provisão para Contingência Tributária Federal**”. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP (2011).

SILVA, Eduardo Sá *et al.* **Finanças e gestão de riscos internacionais.** Vida Económica Editorial, 2013.

SILVA, Eduardo Sá *et al.* **Finanças e Gestão de Riscos Internacionais-2ª Edição.** Vida Económica Editorial, 2016.

SITEWARE. Disponível em: <<https://www.siteware.com.br/blog/gestao-estrategica/o-que-e-gerenciamento-risco/>>. Acesso em: 02/09/2024.

TEAM STRATEGY. **Finanças Comportamentais: Entendendo e Superando Vieses Financeiros.** Disponível em: <<https://teamstrategy.com.br/financas-comportamentais-entendendo-e-superando-vieses-financeiros/>> Acesso em: 03/09/2024.

TEIXEIRA, J. D. Dispositivos de controle social da juventude: O encarceramento na casa sobre a lógica da gestão dos riscos e/ou proteger para controlar. 2015.

THORNTON, P. H., OCASIO, W., & LOUNSBURY, M. The Institutional Logics Perspective (pp. 1-22). In Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences: An Interdisciplinary, Searchable, and Linkable Resource. In Robert Scott, Marlis C. Buchmann & Stephen Kosslyn (Eds.). John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9781118900772.etrds0187>. 2015.

TRIGOS, Maria Luciana *et al.* Centralização e open strategizing: os dilemas e o papel do sensemaking e sensegiving no direcionamento das práticas organizacionais. 2024.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. **Governança, gestão de riscos e integridade.** 2019.

WEICK, K.; SUTCLIFFE, K.; OBSTFIELD, David. Organizing and the process of sensemaking. **Handbook of decision making**, v. 16, n. 4, p. 83, 2009.

WOODS, M. (2016). "Risk Management in Organizations: A Comprehensive Guide." Journal of Business Research, 69(6), 2060-2064.

World Economic Forum. (2023). **Global Risks Report 2023.** World Economic Forum.

YOSHINAGA, Claudia Emiko; CASTRO, F. Henrique. **Inteligência artificial: a vanguarda das finanças.** GV-EXECUTIVO, v. 22, n. 3, 2023.

ZUCCOLOTTO, Robson; SILVA, Gustavo Melo; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. **Limitações e possibilidades de compreensão da utilização das práticas de contabilidade gerencial por perspectivas da teoria institucional.** Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, v. 7, n. 3, p. 233-246, 2010.

8 APÊNDICE

Esboço de perguntas:

1- Informações funcionais:

- Qual é o seu cargo ou função atual na organização?
- Você participa da análise de questões relacionadas à gestão de riscos e finanças corporativas?

2- Práticas de Provisões para Riscos:

- Que despesas são provisionadas em situações menos previsíveis (Covid e fornecimentos; flutuação cambial; outras) citar exemplos/pedir o nome adotado para cada provisão
- Qual é a abordagem atual da sua organização para provisionar recursos para lidar com esses riscos?

3- Gestão de Riscos:

Como você entende a importância das provisões para riscos na gestão financeira em uma organização?

- Quais são os processos e procedimentos que sua organização utiliza para identificar e avaliar os riscos?
- Como são tomadas as decisões relacionadas à gestão de riscos nas organizações? Quem decide?
- Qual é o papel dos diferentes departamentos ou áreas funcionais na gestão de riscos?